



# Anais da Assembleia

Nº 37

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 14 DE MAIO DE 1984

ANO X

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 33.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 1984.  
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Senhores Deputados Gernote Kirinus e Erondy Silvério. A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto Oliveira, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nilso Squarezzi, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Roberto Requião, Paulo Furiatti, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Nelson Bufara. (43). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Werner Wanderer, Adhail Sprenger Passos, Basílio Zanusso, Edgard Pimentel, Eduardo Baggio, Fiori Luiz, Hermas Brandão, Homero Oguido, Iron-di Pugliesi, Leônidas Chaves, Márcio Almeida, Orlando Pessuti, Péricles Pacheco, Quiêlse Crisóstomo e Wilson Fortes. (15).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte expediente:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 49/84,

oriundo da Mensagem n.º 87/84, ao Anteprojeto de Lei que objetiva alterar dispositivos do Quadro de Pessoal da Secretaria do Egrégio Tribunal de Alçada, na forma que especifica.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) ERVIN BONKOSKI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a tramitação em REGIME DE URGÊNCIA, do Projeto de Lei n.º 08/84.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) TADEU FRANÇA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno, preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 77/83, constante da Ordem do Dia marcada para hoje.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) TADEU FRANÇA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na qualidade de autor do Projeto de Lei n.º 230/83, que dispõe sobre a dispensa das atividades de seu cargo de Funcionário Público, o Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, na forma que especifica, e, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja transformado o referido plano de lei, em sugestão ao Chefe do Poder Executivo, a fim de que sejam procedidos estudos mais abrangentes, inclusive com a modificação da Lei n.º 6174/70 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado), se necessário, a fim de que se possibilite o reconhecimento de Associações Representativas da classe dos Servidores Públicos, legalmente constituídas, a terem maior participação administrativa de seus diretores eleitos diretamente em pleitos nos quais participem livremente todos os seus associados, regulamentando a forma pela qual serão dispensados de suas atividades normais, sem que haja prejuízo para a administração, como ocorre atualmente em relação à Associação dos Servidores Públicos do Estado.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) PAULO FURIATTI.

#### JUSTIFICATIVA:

Está contida a justificativa, no Projeto de Lei n.º 230/83, acima mencionado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserida na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Avelino Hanel, ocorrido no último dia dez de maio, na Municipalidade de Campo Mourão.

A comunidade ararunense está de luto, pelo falecimento inesperado do eminente Senhor Avelino Hanel, ex-Prefeito Municipal daquela cidade, no período de 1959 a 1963, sendo que anteriormente a esta etapa, foi integrante da Câmara Municipal, cuja atuação legislativa, lhe serviu de base para que chegasse à Administração Municipal, como Chefe do Executivo.

Todo o processo desenvolvimentista de Araruna, está sem dúvida alguma, ligada diretamente as realizações do Senhor Avelino Hanel, face à sua respeitável visão municipalista, que inclusive permitiu as primeiras implantações de infra-estrutura, tais como: rede de água, rede de esgoto, rede de iluminação pública, abertura das primeiras estradas de leito natural de ligação de várias localidades, sendo também construída em sua gestão, a Praça Nossa Senhora do Rocio.

Portanto, com o seu desaparecimento, abre-se uma lacuna muito grande naquela coletividade, que perde um de seus primeiros pioneiros que naquela região se instalou para desenvolver suas atividades profissionais como dentista e como político formando suas primeiras bases de progresso do atualmente pujante Município de Araruna.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Assembléia, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor YUTAKA ISUME, ocorrido no dia 9 do mês em curso.

O extinto era agricultor, sogro do atual Prefeito de Goioerê, residente em Umuarama, tendo seu falecimento causado enorme consternação àquela população e aos seus amigos.

Requer ainda, seja dada ciência desta decisão à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso

de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se insira na Ata dos trabalhos legislativos, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor SEGISMUNDO STANISVEWSKI, ocorrido em Campo Mourão, e que do pronunciamento desta Casa, se dê conhecimento a família no seguinte endereço: Rua Afonso Botelho, 1640, Campo Mourão. Pr.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

Apoiamento: Augusto Carneiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor HÉLIO ACRATE MISURELLI. O extinto deixa viúva a Senhora Hermínia Cunha Misurelli e dois filhos.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, à Praça Osório, 455, 6.º andar ap.62.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor JONAS MARINHO DA CUNHA, ocorrido dia 12 do corrente ano, às 18 horas, em lamentável acidente, na rodovia do Município d Mandirituba, localidade de Quatro Pinheiros.

O extinto deixa enorme lacuna no seio da comunidade de Mandirituba, além de competente farmacêutico, gozava de grande relacionamento entre a população, especialmente os mais carentes.

Nasceu em Santa Cruz do Rio Pardo, no Estado de São Paulo, no dia 19 de novembro de 1925, casado com Dona Amélia Maria da Silva, deixando um filho menor. Residia na localidade de Quatro Pinheiros, no município de Mandirituba, há 17 anos.

Requer ainda, seja dada ciência deste requerimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de congratulação ao Jornal "O PARANÁ", pela passagem do seu 8.º aniversário.

sário; pede ainda o envio de cópia do presente expediente ao diretor do jornal, Doutor Emir Sfair- Rua Pernambuco, 1592 - Cascavel - Paraná.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) EDGAR PIMENTEL:

Apoio: Luiz Alberto Oliveira.

Líder do PDS.

#### JUSTIFICATIVA:

"O PARANÁ", durante esses oito anos, abriu novas fronteiras para o desenvolvimento econômico e social da região Oeste, levando aos seus leitores atualidade e credibilidade das notícias. Uma empresa que tendo à frente o jornalista Emir Sfair e André Costi, transformou-se numa verdadeira faculdade de jornalismo, formando excelentes profissionais neste setor. Nas causas mais importantes para o povo paranaense "O PARANÁ" sempre se faz presente, empunhando a bandeira em prol do bem-estar social de nossa gente.

Pela linha editorial que o jornalista Emir Sfair implantou neste jornal, e pela atuação de toda equipe, que implantou um jornalismo em nova dimensão na nossa região, os nossos votos de louvor e congratulações ao "O PARANÁ", por vencer mais uma etapa nesta sua existência.

Desejamos que se fortifique ainda mais, de modo a ultrapassar novas fronteiras.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações à Televisão Iguazu, Canal 4, à Televisão Tibagi, Canal 11, de Apucarana, e ao Jornal "O Estado do Paraná", pela realização do concurso MISS PARANÁ 1984, bem como votos de congratulações à Senhorita Marizabel Domingues por sua eleição como Miss Paranaçu e Miss Paraná.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) NELSON BUFFARA.

Apoio: Luiz Alberto Oliveira.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserida na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações dirigidos à ACENG- Associação Cultural Esportiva Nipônica de Goioerê, pela passagem do seu vigésimo aniversário, transcorrido no último dia seis naquela municipalidade, com conseqüente encaminhamento ao seu Presidente, o Excelentíssimo Senhor Dayge Tanaka.

Não poderia deixar de realizar o devido

registro à Associação Cultural-Esportiva Nipônica, sediada na municipalidade de Goioerê, tendo em vista a comemoração que é feita, com relação a mais uma década de sua existência (vinte anos).

Desde seus primeiros momentos de existência, aquela entidade, indiscutivelmente, se fez presente de forma sempre marcante na vida dos cidadãos goioerenses, notadamente no âmbito das promoções de caráter humanitário, cultural e assistencial, onde se pode afirmar que seguramente a história nesses anos todos de sua atuação em Goioerê, permite um grande e justo espaço a todos os seus processos evolutivos.

Neste sentido, é preciso que se reafirme a imperiosa necessidade que toda a sociedade tem em buscar sempre em forma conjunta, a solução de seus problemas comuns no esforço de cada um em benefício geral, com a exemplo da Associação Cultural Esportiva Nipônica verificada ao longo dos seus vinte anos de atuação.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consagração nos Anais da Assembléia Legislativa, de um voto de congratulação ao Município de Mandaguari, pelo transcurso do seu 47.º aniversário, ocorrido dia 6 de maio, data cívica do Município, comemorando com festejos nos dias 28 de abril a 6 deste mês. Requer ainda, que do presente, se dê ciência à correspondente Câmara dos Vereadores e Prefeito.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o encaminhamento, por telex, de moção de solidariedade ao XXIII Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES - a ser realizado nos dias 10, 11, 12 e 13 de maio, em Osasco-SP, nos termos que apresenta.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) SABINO CAMPOS.

#### MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE AO XXIII CONGRESSO DA UBES

A Assembléia Legislativa do Paraná, em nome do povo Paranaense, encaminha um voto de solidariedade ao XXIII Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas- UBES - histórica entidade estudantil, que desde 1948, vem se caracterizando

por uma atuação destemida em defesa aos interesses estudantis e pela constante participação nos movimentos populares e democráticos de nossa Nação.

Temos a certeza de que este Congresso representará um importante passo no fortalecimento dessa entidade e um alento na luta de nosso povo por liberdade, justiça social e soberania nacional. Acreditamos, também, que após o dia 13 de maio, os secundaristas de todo o Brasil estarão revigorados na luta pela conquista de "eleições diretas já", e pela Constituinte livre e soberana, somando força com todos os democratas e patriotas brasileiros.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao DETRAN, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a fim de que sejam informadas as razões pelas quais, passados mais de trinta dias das denúncias de corrupção na CIRETRAN de Goioerê, nada foi feito no sentido de ser aberta uma Sindicância para apurar as irregularidades e afastar os responsáveis pelos fatos.

Denúncias anexas.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) IVAN GUBERT.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, Doutor Luiz Cordoní Júnior, o mais veemente apelo no sentido de que seja instalado um Posto de Saúde no Distrito de Bandeirantes do Oeste, Município de Goioerê.

O Município de Goioerê, abandonado pelas administrações anteriores, vem mostrando, desde os primeiros momentos desta administração, todo o potencial de desenvolvimento que nele se encontrava latente, respondendo de maneira brilhante a todos os investimentos do Governo do Estado na Região, o trabalho do povo e a riqueza da terra, no entanto, merecem ser apoiados com as condições mínimas de atendimento no que respeita à saúde e à assistência social.

Nestas condições, por se tratar de medida das mais oportunas e que responde aos mais legítimos anseios da população envolvida, contamos com o indispensável apoio desta Casa e o urgente atendimento por parte do Excelentíssimo Senhor Secretário.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, veemente apelo no sentido de que seja criada na sede da Comarca de Goioerê, a 2ª Vara Cível e Criminal, que já há algum tempo se faz necessária.

A Comarca de Goio-Erê, que compreende o Município de mesmo nome e o de Moreira Salles e na qual funciona apenas uma Vara Cível e Criminal, vem sofrendo o efeito cumulativo do grande número de processos que por ali tramitam e que provocam uma demora, cada vez maior, na solução das causas pendentes.

Tratando-se de região do Estado que passa por uma fase de franco progresso, o aumento do volume dos negócios e da população se refletem num crescente número de causas, tanto civis como criminais, fato que, por si só justifica o presente requerimento.

Nestas condições, o atendimento da presente solicitação, além de desafogar os trabalhos da Vara já existente, viria proporcionar a um importante segmento da população paranaense a obtenção de justiça mais ágil e atuante, como é de se desejar.

Sala das Sessões em 14 de maio de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Luiz Felipe Haj Mussi, o mais veemente apelo no sentido de que seja reinstalada, com a máxima urgência, a Delegacia de Polícia do Distrito de Jaracatiá, no Município de Goioerê, tendo em vista que a antiga foi destruída por um incêndio.

A paz e a ordem pública é um dos anseios mais justos de todo o cidadão e, por seu lado, o organismo policial, para zelar por elas, tem de contar com instalações e equipamentos adequados.

Nestas condições, na certeza de que nada há que se possa contrapor, no que respeita à oportunidade da medida solicitada, contamos com o indispensável apoio desta Casa para que este Requerimento mereça a devida aprovação.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, Doutor Luiz Cordoni Júnior, o mais veemente apelo no sentido de que seja instalado um Posto de Saúde no Distrito de Jaracatiã, no Município de Goioerê.

O Município de Goioerê, abandonado pelas administrações anteriores, vem mostrando, desde os primeiros momentos desta administração, todo o potencial de desenvolvimento que nele se encontrava latente, respondendo de maneira brilhante a todos os investimentos do Governo do Estado na Região. O trabalho do povo e a riqueza da terra, no entanto, merecem ser apoiados com as condições mínimas de atendimento no que respeita à saúde e à assistência social.

Nestas condições, por se tratar de medida das mais oportunas e que responde aos mais legítimos anseios da população envolvida, contamos com o indispensável apoio desta Casa e o urgente atendimento por parte do Excelentíssimo Senhor Secretário.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, o mais veemente apelo no sentido de que seja criado, o Distrito Judiciário de Rancho Alegre, no Município de Goioerê.

O aumento da população no Distrito supra citado e o marcante desenvolvimento financeiro da região, faz com que o pedido que ora transmitimos no egrégio Tribunal de Justiça do Estado, se revista de uma incontestável oportunidade.

O Município de Goioerê, muitas vezes abandonado pelas administrações anteriores, mostra, hoje, toda pujança de seu povo e o esforço de seus cidadãos na busca do progresso e da paz social, merece, sem qualquer dúvida, dos poderes constituídos do Estado, toda atenção e apoio.

Nestas condições, a instalação do distrito judiciário que se pretende é medida das mais justas e oportunas e vem atender a um velho anseio da população que por ele será beneficiada.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, Doutor Luiz Cordoni Júnior, o mais veemente apelo no sentido de que seja instalado um Posto de Saúde no Distrito de Quarto Centenário, no Município de Goioerê.

O Município de Goioerê, abandonado pelas administrações anteriores, vem mostrando os primeiros momentos desta administração, todo o potencial de desenvolvimento que nele se encontrava latente, respondendo de maneira brilhante a todos os investimentos do Governo do Estado na região. O trabalho do povo e a riqueza da terra, no entanto, merecem ser apoiados com as condições mínimas de atendimento no que respeita à saúde e à assistência social.

Nestas condições, por se tratar de medida das mais oportunas e que responde aos mais legítimos anseios da população envolvida, contamos com o indispensável apoio desta Casa e o urgente atendimento por parte do Excelentíssimo Senhor Secretário.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, Doutor Luiz Cordoni Júnior, o mais veemente apelo no sentido de que seja instalado um Posto de Saúde no Distrito de Rancho Alegre, no Município de Goioerê.

O Município de Goioerê, abandonado pelas administrações anteriores, vem mostrando, desde os primeiros momentos desta administração, todo o potencial de desenvolvimento que nele se encontra latente, respondendo de maneira brilhante a todos os investimentos do Governo do Estado na região. O trabalho do povo e a riqueza da terra, no entanto, merecem ser apoiados com as condições mínimas de atendimento no que respeita à saúde e à assistência social.

Nestas condições, por se tratar de medida das mais oportunas e que responde aos mais legítimos anseios da população envolvida, contamos com o indispensável apoio desta Casa e o urgente atendimento por parte do Excelentíssimo Senhor Secretário.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER, o envio de mensagens aos Exce-

lentíssimos Senhores Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Cantagalo, pelo transcurso do segundo aniversário de emancipação política daquele município, transcorrido no último dia 12 do corrente mês.

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de mensagens contendo votos de congratulações às autoridades acima mencionadas, pelo transcurso do segundo aniversário de emancipação política do Município de Cantagalo, transcorrido no último dia 12 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: Altera denominação do Colégio Francisco Carneiro Martins, do Município de Guaraçuva, para "Professor Joaquim Prestes" e dá outras providências.

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a suspensão da tramitação do Projeto de Lei n.º 125/83, e o seu posterior arquivamento em definitivo.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo-assinado, no uso de suas atribuições legais, REQUER seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Doutor Cloraldino Severo, solicitando sejam tomadas as providências necessárias ao alargamento da Rodovia Ponta Grossa-Spréa, no trecho compreendido entre o trevo da entrada da cidade de Ponta Grossa até a Central armazenadora da Cibrazen e a construção da terceira pista nos principais aclives existentes no trecho Ponta Grossa-Spréa.

Entre o trevo que dá acesso a Ponta Grossa até a central armazenadora da Cibrazen, está situado o principal parque moageiro de soja do Paraná e um dos principais do Brasil. Ali estão instaladas indústrias de porte como a "Coinbra", "Cargil", "Sanbra", "Anderson Clayton", além

do sistema de armazenamento da Cibrazen, mais uma unidade dos Moinhos Santistas.

O movimento de caminhões é intenso e as filas para descarga não se limitam aos pátios das empresas atingindo os acostamentos da rodovia, tornando o tráfego lento e altamente perigoso.

O alargamento dos acostamentos é obra que se impõe para permitir maior segurança aos que se utilizam daquela rodovia e que atualmente estão submetidos a permanente perigo de vida.

Por outro lado, a construção de terceira pista desde o trevo de Ponta Grossa, até o Spréa, nos aclives mais acentuados, permitirá trânsito mais rápido para veículos de carga e de passeio gerando economia acentuada de combustível. Presentemente, o público que trafegar por essa rodovia é atividade penosa e perigosa. O trecho se constitui num autêntico funil rodoviário do Paraná e a construção da terceira pista permitirá maior segurança, maior rapidez e economia de combustível.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz, Digníssimo Secretário dos Transportes, solicitando o início do asfaltamento da rodovia que liga o Município de Santo Antonio do Sudoeste ao de Barracão.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA.

Apoio: Luiz Alberto Oliveira

Líder do PDS.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação é feita pelo fato de que a cidade de Barracão está isolada da malha viária estadual, dificultando ao extremo a locomoção dos munícipes e prejudicando sensivelmente o escoamento da produção agrícola regional.

Requer-se que da decisão do Plenário, se dê conhecimento a todos os Vereadores e Câmara Municipal de Barracão, Prefeito, Rádio Local e Presidente dos Partidos PDS e PMDB.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Deni Lineu Schwartz, Excelentíssimo Secretário dos Transportes, solicitando o asfaltamento da rodovia que liga o Distrito de Palmitópolis a Nova Au-

rora, sede do município.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA.

#### JUSTIFICATIVA:

Isolado da malha viária do Estado, o Distrito de Palmitópolis está sofrendo graves prejuízos no escoamento da sua farta produção agrícola, ao mesmo tempo em que os habitantes da localidade encontram sempre dificuldades de locomoção em caso de intempéries.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor José Brandt Silva, Presidente do BANESTADOS.A., substanciado em solicitação para que o Excelentíssimo Presidente deste Banco providencie a instalação de um Posto de Serviço do BANESTADO, no Distrito de Palmitópolis, Município de Nova Aurora.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) SABINO CAMPOS.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação se faz necessária pois o Distrito de Palmitópolis, com população aproximada de 5.000 habitantes, desempenha importante papel no desenvolvimento econômico da região, principalmente nas atividades de pecuária e nas culturas de café, feijão, arroz, milho, soja e trigo. Em contrapartida estas atividades econômicas encontram grandes dificuldades para o seu desenvolvimento devido à distância que separa o distrito do município de Nova Aurora: 12 km, em estrada precária, sem asfaltamento.

A instalação deste posto de serviço do BANESTADO viria contribuir sobremaneira para o aceleramento das atividades econômicas locais.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, objetivando a realização de estudos no sentido de que sejam avaliadas as possibilidades de se criar duas salas de aula no Jardim Primavera, localizado na Municipalidade de Goioerê.

Trata-se de uma iniciativa do Excelentíssimo Senhor Geraldo Gonçalves Torres, onde este afirma a real necessidade de se construir duas salas de aula naquele importante bairro de Goioerê, haja visto o grande contingente populacional que é sem

dúvida alguma o maior dado que justifica ao menos, que essa Secretaria de Estado da Educação possa basear-se nos estudos ora propostos. Ademais, a nível de contribuição para a concretização do referido pedido, a construção das salas de aula poderia ser feita, devendo nas mesmas o funcionamento de suas atividades através da fixação de um convênio com qualquer outra escola pertencente a rede estadual de ensino, conforme a sua viabilidade.

É de capital importância que seja, portanto, dado o devido encaminhamento ao pedido ora enunciado, que não é apenas de iniciativa daquela integrante da Edilidade de Goioerê, mas do conjunto de moradores do Jardim Primavera.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Diretor-Presidente da EMOPAR- Empresa de Obras Públicas do Paraná e também dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, encarecendo, após o desenvolvimento de estudos devidos, a realização de reformas de recuperação de uma quadra existente na Escola Estadual Dom Bosco- Ensino de 1.º Grau, localizada na Municipalidade de Mariluz.

Trata-se de uma iniciativa da Senhora Diretora daquele Educandário, Maura da Silva Zanata, esta afirma a real necessidade de se recuperar a quadra de esporte existente, uma vez que seu estado de precariedade não permite a realização das atividades relacionadas a educação física.

Em face de tal conjuntura vivenciada naquela instituição educacional que ora é relatada, espera-se desta Secretaria de Estado da Administração e EMOPAR, o encaminhamento de medidas que possam assegurar o que é pedido.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Diretor Superintendente da PROMOPAR- Fundação de Promoção Social do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de que sejam liberados produtos alimentícios para a assistência social exis-



tente na Municipalidade de Campo Mourão.

Nos dias de hoje, mais do que nunca é sabido que existem inúmeros problemas de ordem cada vez mais alarmante, rruto exatamente da política do Governo Federal no que se refere aos aspectos econômicos, sociais e políticos.

Particularmente neste Estado, os desdobramentos apresentam diversas gravidades, por tratar-se de um Estado cujo sustentáculo são as atividades relacionadas ao campo agrícola e pecuária, existindo portanto, um número muito grande de trabalhadores rurais (os chamados bóias-fria) que necessitam de um atendimento de assistência social mais abrangente, notadamente no que tange a alimentação.

Neste sentido, os responsáveis pelo setor da assistência social, estes têm seguramente demonstrado sua real preocupação quanto à necessidade de oferecer um atendimento à altura dos problemas vivenciados bem como ao próprio contingente populacional.

Em razão de tais acontecimentos, é imprescindível que essa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social juntamente com a PROMOPAR, dê o devido encaminhamento, liberando quantidades de alimentos que por certo virão ao menos amenizar as tão sofridas condições de carência da população não apenas de Campo Mourão, mas de toda a região, atendendo desta feita a iniciativa louvável da Digníssima Senhora Cidália Guimarães de Araújo, responsável pelo CETA- Centro de Triagem de Assistência Social.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido de que, através de estudos devidos, avalie a possibilidade de se estadualizar a Escola Antônio Lacerda Braga localizada na Municipalidade de Ubiratã.

A Administração Municipal de Ubiratã tem encontrado muitas dificuldades no que tange a manutenção das instituições educacionais de responsabilidade do Executivo Municipal que tem à frente inclusive o Excelentíssimo Senhor Raimundo Soares Nascimento, ante a ausência de recursos orçamentários, fruto da atual política tributária onde sobram recursos insuficientes ante a necessidade da realização de obras reivindicadas pelo conjunto da comunidade. Muitos os setores que não são atendidos condignamente (não apenas em Ubiratã, mas

na maioria absoluta dos municípios brasileiros) dos quais destaca-se o segmento educacional.

Neste sentido, espera-se que essa Secretaria de Educação, dê o encaminhamento que por ventura se fizer necessário, sobre a Escola Antônio Lacerda Braga, quanto à sua estadualização, o que por certo virá sem dúvida alguma, a beneficiar os mais de quinhentos alunos daquele educandário mantido pelos cofres municipais.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das prerrogativas que lhe outorga o Regimento Interno, REQUER após ouvido o Douto Plenário, o envio de veemente apelo do Doutor Hamilton Vilella Magalhães, Digníssimo Diretor de Planejamento do D.N.E.R., no sentido de com a máxima urgência, iniciar o recapeamento asfáltico da BR-476, no trecho compreendido entre Lapa e São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

Apoiamento: Luiz Alberto Oliveira

Líder do PDS.

#### JUSTIFICATIVA:

O trecho asfáltico, cujo recapeamento ora se pretende, apresenta-se em estado deplorável de conservação, impedindo o tráfego normal por aquela rodovia.

Trata-se de obra prioritária, tendo em vista que a aludida rodovia, principalmente no trecho referido, constitui-se em importante meio de escoamento, não somente da produção agrícola da região, como também de outras riquezas oriundas dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Na qualidade de lídimo representante do povo, e sensível às necessidades regionais é que faço o presente, na certeza de que o mesmo merecerá o necessário apoio dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

Tal desiderato constitui justa e antiga reivindicação da população local que vem sofrendo com o estado calamitoso da via em apreço e por esta razão apelamos para o espírito de compreensão e justiça do nobre Diretor de Planejamento do D.N.E.R.

Requer-se, se dê ciência aos Senhores Vereadores das cidades da Lapa e São Mateus do Sul do inteiro teor deste.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,



REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Sua Excelência o Senhor Secretário do Planejamento, solicitando seja encaminhado para a análise desta Casa a minuta dos termos do Convênio do PRAM (Programa de Assistência aos Municípios), que será firmado entre o Governo do Estado e os Municípios paranaenses, o qual deverá ser aprovado preliminarmente pelos Legislativos Municipais.

Tal solicitação se faz tendo em vista, as constantes consultas que os Vereadores e Prefeitos dos Municípios paranaenses vêm fazendo perante os Senhores Deputados, que por não possuírem conhecimento do teor dos termos de Convênio se veem impossibilitados de prestarem esclarecimentos aos mesmos.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) GILBERTO CARVALHO.

Apoiamento: Luiz Alberto Oliveira

Líder do PDS.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Administração, no sentido de que a mesma forneça informações a respeito da situação funcional de Secretários e Chefes de setores da Administração Estadual, no que se refere ao que percebem, a que título o fazem e horário de trabalho, nos seguintes órgãos:

MARIA HELENA S.O. CARVALHO, como Chefe do Departamento de Planejamento da FUNDEPAR, e Professora da Universidade Estadual de Londrina.

ANTENOR RIBEIRO BONFIM, como Secretário de Assuntos Comunitários e funcionário do ITC.

LUIZ CORDONI JUNIOR, como Secretário de Saúde e Bem-Estar Social e Professor da Universidade de Londrina.

CLAUS MAGNO GERMER, como Secretário da Agricultura e Funcionário do IPARDES.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

a) IVAN GUBERT.

Apoiamento: Luiz Alberto Oliveira

Líder do PDS.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo a realização de estudos visando avaliar a possibilidade da criação e instalação de um Instituto de Criminalística na Municipalidade de Campo Mourão.

Em observação profunda ao "Projeto Especial" - "Aumento do Grau de Operacionali-

dade da Polícia Militar e Melhoria dos Meios da Polícia Civil", elaborado por essa Secretaria de Estado da Segurança Pública, no que diz respeito a descentralização do Instituto de Criminalística, sem dúvida alguma tratam-se de objetivos imprescindíveis para uma considerada elevação das condições de atendimento e agilização do setor, através da criação dos referidos órgãos em seis importantes cidades de nosso Estado.

Neste sentido, através desse Requerimento, pede-se a realização de estudos visando avaliar as reais possibilidades de se criar e instalar também em Campo Mourão uma Seção do Instituto de Criminalística, uma vez que àquela cidade enquadra-se perfeitamente nos objetivos de descentralização deste organismo.

Em razão dos motivos ora relatados, espera-se dessa Pasta um posicionamento quanto à reivindicação anunciada, no que tange as atividades relativas a perícias e demais trabalhos de polícia Científica através da interiorização.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido de que sejam avaliadas as reais possibilidades de se destinar um ônibus para o transporte de estudantes na Municipalidade de Juranda.

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor Diemes Amadei e do Excelentíssimo Senhor Vereador e Presidente do Diretório Municipal do P.M.D.B. Jair Grigato, estes afirmam tratar-se de uma reivindicação das mais importantes no que se refere ao meio educacional.

O Município de Juranda tem enfrentado inúmeras dificuldades, decorrentes exatamente da atual estrutura tributária vigente bem como as próprias problemáticas vivenciadas pelo conjunto da população de Juranda.

Neste sentido, a Administração Municipal não dispõe de recursos orçamentários para a aquisição de um ônibus para o transporte do estudantado, tanto da zona rural como do perímetro urbano.

Espera-se portanto dessa Secretaria de Estado da Educação, o devido encaminhamento do que ora é reivindicado, uma vez que vem de encontro não apenas aos interesses dos Nobres Líderes políticos mencionados, mas também, de todos aqueles que fazem parte do setor educacional de Juranda.

Sala das Sessões, em 14/05/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Ministra da Educação e Cultura, objetivando uma avaliação da possibilidade de se destinar recursos de ordem financeira para a construção de uma cozinha devidamente equipada para a sede do MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização, localizado na municipalidade de Peabiru.

De iniciativa da Senhora Sueli Siqueira Lima, Digníssima Chefe do MOBRAL, a nível regional com sede na cidade de Peabiru, esta afirma ser imprescindível que este Ministério destine recursos orçamentários para a efetiva construção da referida cozinha. Pois com tal edificação, seguramente estará oferecendo a confecção e preparo de alimentos para a merenda escolar dos alunos, especialmente os carentes. Ademais, a sede do MOBRAL naquela cidade, tem a responsabilidade de atendimento de mais cinco municípios circunvizinhos.

Sala das Sessões, em 14/05/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. LUIS FELIPE HAJ MUSSI, solicitando seja providenciada a criação e instalação da 3.ª CIA do 10.º BPM no Município de Faxinal.

Sala das Sessões, em 14/05/84.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

Esse pedido atende às razões de Segurança Pública no Município de Faxinal e região. É uma resposta às alertas da população e autoridades regionais relativas à crescente criminalidade.

Somadas a outras medidas, a criação da 3.ª CIA da PM, em Faxinal, virá melhorar as condições de Segurança Pública no Vale do Ivaí.

Além disso, o atendimento a essa reivindicação corresponderá aos anseios daquela comunidade. Esse motivos justificam nosso pedido.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e Esporte, Dr. Fernando Ghignone, solicitando a construção de uma quadra de esportes polivalente no Conjunto Residencial Vergínio Seco, Município de São Pedro do Ivaí.

Sala das Sessões, em 14/05/84.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

No referido conjunto, vive uma comunidade de 158 famílias, além da existência de uma escola frequentada pelas crianças da vizinhança.

Além disso, o Município de São Pedro do Ivaí sediará os próximos Jogos Abertos do Vale do Ivaí.

Esses motivos, aliados aos anseios comunitários, justificam nosso requerimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Educação, no sentido de que seja determinada a recuperação da Escola Estadual Moreira Sales de Primeiro Grau, devida as péssimas condições em que a mesma se encontra, conforme poderá ser constatado através das fotos em anexo.

Sala das Sessões, em 14/05/84.

(a) IVAN GUBERT

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja solicitado junto à Secretaria de Estado das Finanças, informações a respeito da situação atual do Inquérito aberto pela Resolução 321/83 a fim de apurar irregularidades na concessão de créditos de ICM, envolvendo as firmas IBATE - Cereais de Café Ltda e Máquina Carraro Ltda. (Mandaguaçu), fornecendo principalmente, os seguintes dados:

- Qual a fase atual do referido inquérito?

- É verdadeira a afirmativa de que ele, após concluído, e com relatório final elaborado, teria sido paralizado com a finalidade de sofrer algumas modificações?

- O relatório elaborado pela comissão, apurou ou não o envolvimento do então Delegado Regional de Londrina e de seus funcionários, principalmente o Chefe da Agência de Rendas e Caixa? Seu parecer foi pela demissão de alguém?

- O relatório co-responsabilizava por

omissão algum dos chefes da Inspetoria Geral da Fiscalização do CRE?

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

- A firma foi autuada, pela infração cometida, se é que houve infração?

- Foram tomadas as providências devidas, principalmente as do Art. 116 da Lei 7051?

- O Secretário de Finanças rejeitou ou acatou o relatório? Se rejeitou, quais as razões? Houve, após a rejeição, nomeação de outra comissão?

- Envio de cópia do ofício 412/83 de 06/10/83 do Chefe do A.R. de Londrina para o Delegado Regional de Londrina bem como a explicação do por que o ofício não foi protocolado na delegacia.

- Explicação ao fato desse ofício haver sido protocolado somente no dia 20/10/83 sob o n.º 010434 na CRE.

- Cópia do relatório da Comissão de Inquérito.

Sala das Sessões, em 14/05/84.

(a) IVAN GUBERT

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência, o Senhor Secretário de Estado das Finanças, encarecendo a necessidade da continuidade do funcionamento da Agência de Rendas do Município de Rio Bom.

Tal apelo se faz tendo em vista a solicitação da comunidade de Rio Bom, que com as notícias veiculadas do seu fechamento, prevêem grandes prejuízos ao comércio local e adjacências.

Sala das Sessões, em 14/05/84.

(a) GILBERTO CARVALHO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, no sentido de se emvidarem esforços para a criação de um horário matinal na linha Siqueira Campos-São Paulo.

Sala das Sessões, em 14/05/84.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, no sentido de que seja incluído o Município de Siqueira Campos na linha de ônibus que faz o percurso "Wenceslau Braz-Londrina".

Sala das Sessões, em 14/05/84.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente à Senhorita MIRIAN MARI VIEIRA, regozijando pelo quarto lugar alcançado no concurso MISS PARANÁ realizado em Paranaguá, e que do pronunciamento desta Casa se dê conhecimento a mesma no seguinte endereço: Divisão de Cultura e Esportes, Prefeitura de Campo Mourão, Paraná.

Sala das Sessões, em 14/05/84.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N.º 105/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TAPEJARA", com sede e foro no Município de Tapejara.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Saladas Sessões, em 14/05/84.

(a) NELSON VASCONCELLOS

#### JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tapejara, entidade que ora pretendemos seja declarada de utilidade pública, vem trabalhando desde sua fundação em benefício e proteção assistenciais a seus associados, colaborando com os poderes públicos e demais associações no sentido de proteger direitos e representar os interesses de sua categoria profissional.

A farta documentação anexa, vem demonstrar que a entidade em apreço, preenche os requisitos exigidos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria de utilidade pública em nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu França, inscrito.

O SR. TADEU FRANÇA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, jovens estudantes da UPE. (Lê):

"Colocar sob suspeição o Presidente da OAB, Dr. Otto Sponholz, convidado que foi pelo Governador José Richa a presidir a Comissão que está analisando as operações financeiras do Governo do Estado, realiza-

das em moeda estrangeira, é agredir a credibilidade da própria sociedade civil. Por pertencer a espécie comum dos mortais, a pessoa física do Doutor Otto Sponholz tem o direito elementar de associar-se livremente com quem quer que seja, mas não é justo invoquem razões alusivas a terceiros e sem qualquer vínculo de afinidade para o ato em função do qual foi designado, para obscurecer a pessoa jurídica do Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná. A lógica mais elementar estabelece o conceito de que de um juízo particular não se conclui um fecho universal. A tentativa do Líder do PDS, nesta Casa de Leis, em lançar ao descrédito uma comissão, partindo-se da premissa de que um de seus membros divide escritório de trabalho com terceiro, que por seu turno seria compadre de uma das partes envolvidas em denúncia, peca pela incoerência a nível de dimensão lógica e destaca-se pela má fé até mesmo pela generalização de um pressuposto particular, que em absoluto não atinge a idoneidade do invocado agente de suspeição. Firma-se, portanto, a acusação do Deputado Luiz Alberto Oliveira, como o sofisma da levandade que se perde na esfera do absurdo, mesmo porque é um ultraje à essência do mais elementar preceito de raciocínio. A partir da revelação do Líder da Bancada do PDS, cuidem-se os advogados em não ter muitos compadres, pois que ao que tudo indica, está se pretendendo incluir no Código Civil o capítulo DAS SUSPEIÇÕES, cujo artigo 1.º haveria de ser o de que "é suspeito o ato jurídico praticado por um agente capaz, objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em lei, quando uma das partes apresenta laços de compadrio com advogado que partilhe do mesmo escritório profissional do agente".

Ao designar o Doutor Otto Sponholz para presidir a Comissão de Alto Nível, o Governador José Richa, está invocando publicamente a presença da sociedade civil que, segundo o artigo 16 do Código Civil Brasileiro, é pessoa jurídica de direito privado, e quaisquer arguições que tragam em seu bojo a pretensão de produzir o descrédito em volta da pessoa jurídica do Presidente da Ordem dos Advogados, implicam diretamente em odiosa conduta e tentativa de aviltamento à Sociedade civil pela qual ele responde nos atos judiciais e extrajudiciais.

Merecedoras do mais veemente repúdio, são portanto, as declarações do Deputado Luiz Alberto Oliveira, que na ânsia desproposita de alvejar o Governo do PMDB, não se apercebe de que inverteu pela rota do ultraje à sociedade civil do Paraná, que em resposta a um lance inédito de lisura democrática, haverá de participar e auscultar todas as pulsações dos atos do

Governo do Estado, apesar das tentativas de atropelamento da Liderança Pedessista que envide esforços para vê-la recuada e à margem do processo de Governo estrangulando-lhe o grito, a exemplo da asfixia com que foi tratada nos últimos vinte anos".

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Lamento, profundamente, que na última sessão ordinária desta Casa, não tivesse sido aprovado um pedido de informações de minha autoria, ao Senhor Governador José Richa, pedindo que Sua Excelência nominasse os mais de mil funcionários que têm alegado ter demitido do Governo do Paraná, por corrupção. Os nomes dos demitidos, as funções que ocupavam e as causas da demissão de cada funcionário. Lamentavelmente, os ilustres Deputados da Bancada do Governo, do PMDB, rejeitaram nosso pedido de informações. Mas o Senhor Governador José Richa, voltou a conceder entrevista à imprensa, nesta semana, no fim de semana, e justificando o escândalo dos dólares, o Governador voltou a dizer da presteza de seu governo, em punir mais de mil funcionários corruptos que trabalhavam para órgãos estaduais no Paraná.

Lamentamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, porque muitos funcionários foram demitidos no Governo José Richa, por mera perseguição política, nos vários setores do Governo. Não foram demissões só por corrupção e hoje, muitos funcionários certamente perderam o emprego; não estão conseguindo outro trabalho, e estão tendo dificuldades de convivência, até com sua própria família. Porque, demitidos por perseguição política, eles são obrigados agora a enfrentar a esposa, filhos, parentes, amigos, e o que é pior, não vão arranjar outro trabalho, em razão da gravíssima acusação do Senhor José Richa, que generalizou o problema. E já há movimento no Paraná, inclusive, para funcionário acionar judicialmente o Governo do Senhor José Richa, pelas acusações que levantou contra esses servidores.

E por último, Senhor Presidente, nós queremos aqui como paranaenses, torcer para que esse problema do dólar termine o mais rapidamente possível. Nós estamos vendo esse problema se agravando, tomando proporções imprevisíveis. Até agora, em sua consciência, eu acho que nenhum Parlamentar desta Casa tem condições de prever como vai terminar esse lamentável episódio da história do Paraná. E estamos vendo ho-

je, de acordo com informações que nos chegam, que o próprio crédito do Paraná, que pretendia arranjar mais dólares no estrangeiro, o crédito do Paraná já estaria abalado, até que se clareasse as denúncias da operação internacional, contraída pelo Governo do Paraná.

E quando nós falamos que este "affaire" toma proporções imprevisíveis, nós estamos vendo o próprio Governador, lançando pesadas acusações contra outros homens públicos, que um dia já ocuparam posições de destaque.

Assim é, que o Senhor José Richa chega a dizer que "o mar de lama" vinha aí, há mais de vinte anos. Mas, o Senhor Governador José Richa, não é claro em suas acusações, em suas insinuações. Porque vinte anos, ele poderá estar se referindo a ele mesmo, poderá estar se referindo a Ney Braga, com quem ele já trabalhou no Palácio; poderá estar se referindo a Paulo Pimentel, a quem já rasgou vários elogios, pela Imprensa do Paraná; poderá estar se referindo a Jaime Canet Júnior, um dos grandes responsáveis pela sua vitória como Governador do Paraná.

Daí, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós estamos vendo que a crise está atingindo a um ponto que não interessa a ninguém. O nosso desejo é que, com a presença de Belmiro Valverde, amanhã e depois de amanhã, com a presença do Senhor Erasmo Garanhão, as dúvidas todas sejam clareadas e o Senhor Belmiro Valverde que venha a esta Casa reafirmar aquilo que tem dito pela imprensa, que está munido de posse, porque nós não devemos aqui, nos preparar para horas e horas de palestras sobre economia internacional. Nós queremos, desejamos e fazemos votos que os Senhores Secretários se atenham, única e exclusivamente ao escândalo da operação de dólares.

Muito obrigado. (~~sem~~ revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senhor Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - Senhor Presidente, Eminentes Senhores Deputados.

Percebemos, pelos últimos fatos acontecidos neste Estado, que, verdadeiramente, o Paraná vive uma situação de grande expectativa para todos aqueles que querem bem este Estado.

Se a Nação tem uma crise política, o Paraná está vivendo, hoje, uma crise política e administrativa, digo de credibilidade administrativa.

Mais uma comprovação disso que acabo de dizer, está nas palavras do Senhor Governador José Richa, neste final de semana, em Francisco Beltrão, quando demons-

trando irritação, o que lhe é peculiar, e com isso prova a todos nós de que a situação está bastante grave e intranquila, ele fez uma afirmação: de que a credibilidade de seu Governo não será afetada por meia dúzia de inimigos do Governo ou do Estado, que há vinte anos" vive num mar de lama."

A responsabilidade da fala do Senhor Governador, quando fez esta colocação envolvendo nomes de ilustres Governadores, como alguns já foram citados pelo nobre Deputado Antônio Belinati, Paulo Pimentel, e eu incluiria o nome do austero, sério e responsável Pedro Parigot de Souza, a quem todos os paranaenses reverenciam a sua memória, e sabem da honestidade e da austeridade do seu Governo. Ele englobou, e eu quero citar aqui, principalmente o ex-governador Jayme Canet Júnior, este Governo que também foi marcado pela austeridade, honestidade e seriedade com que se comportou diante do Governo do Paraná, ele englobou o Governo Emílio Gomes, outro ilustre paranaense que tudo fez para que este Estado pudesse ser mais feliz.

Quando ele citou: "meia dúzia de inimigos de seu Governo", será que ele queria se referir à bancada do meu partido que cumpre o indeclinável e legítimo dever de defender as questões do povo do Paraná, de cobrar seriedade e trabalho do Governo, de fiscalizar as suas ações.

Será que eram esses os seus inimigos? Ou será que eram alguns ilustres Deputados da eminente bancada do PMDB, que aguerridamente, corajosamente, têm denunciado algumas atitudes do Governo, com firmeza, será que esses eram os inimigos do Governo? Ou será que ele quis referir às passeatas de desempregados, de professores, de celetistas mal remunerados que têm ido ao Palácio Iguazu para reivindicar os seus direitos?

Será que são esses os inimigos do Governo? Ou será que são os ex-pepistas liderados por Jayme Canet Júnior, esse homem que deu um governo extraordinário de ação e de progresso no Estado do Paraná? Será que são esses homens que são os inimigos do Governo José Richa?

O que parece-me, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que estamos vivendo uma época semelhante à renúncia de Jânio Quadros, quando renunciou e disse que forças ocultas prejudicaram o seu Governo, e pelo que vejo, forças ocultas, agora, estão prejudicando o Governo do Estado do Paraná, infeliz e lamentavelmente.

Quando José Richa dizia da necessidade de austeridade e de que o povo precisa confiar na credibilidade do seu Governo. Eu concordo nessa colocação proverbial, porém, na verdade, no Estado do Paraná, não está acontecendo assim, pois, o povo

Verdadeiramente precisa saber que seus Governantes não suscitam suspeitas, mas estas existem; tantos fatos já foram denunciados e aí está o caso dos dólares, agora, para ser levantada, essa suspeita.

A nossa bancada e todos seus inimigos, porque o povo do Paraná assim exige para que sejam esclarecidos esses fatos, para manter a tranqüilidade e o progresso do nosso Estado.

Muito obrigado. *(Sem revisão do orador)*

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Realizou-se nos últimos dias 11, 12 e 13, na Cidade de Osasco, São Paulo, o 23.º Congresso da União Brasileira de Estudantes Secundários. Para alegria nossa, dos paranaenses, a UPES, liderada pelo seu Presidente Valmor Stedi, se fez presente levando a esse Conclave mais de cento e sessenta estudantes do Estado do Paraná, marcando, decididamente, a posição do Estado do Paraná nesse Encontro. Vale dizer, que foi a terceira delegação, em número, a participar desse Conclave. Cerca de dez Municípios do Interior do Estado, lá estavam presentes. E, hoje, para nossa honra e alegria, Senhor Presidente e Senhores Deputados, uma grande parte dessa delegação aqui se encontra visitando esta Casa de Leis. Aqui se encontram lideranças dos Municípios de Cascavel, de Salto do Lontra, de Campo Mourão, de Dois Vizinhos, de Foz do Iguaçu, de Curitiba e de Quedas do Iguaçu. É, pois, para nós paranaenses, Senhor Presidente e Senhores Deputados, motivo de alegria perceber que o movimento estudantil ressurgiu e com força, para conquistar os reais direitos da classe estudantil, deste nosso Estado e deste nosso Brasil, que foi, na totalidade, usurpada pela ditadura implantada em 64. Essa delegação de paranaenses que se fizeram presentes neste importante Conclave a nível nacional, levou diversas propostas que foram discutidas, debatidas, e muitas delas aprovadas. Eu enumeraria, aqui, algumas delas: reiterou a proposta da eleição direta para Presidente da República, para Prefeitos das Capitais, de Estâncias Hidrominerais e Áreas de Segurança Nacional; enfim, eleição direta e livre já em todos os níveis, neste nosso Brasil; reiterou a proposta que é de todos os estudantes brasileiros, da Assembléia Nacional Constituinte; reiterou, digo, reivindicou o direito de participar do Conselho Federal da Educação, direito que até hoje não lhe foi assegurado, e vale a pena lembrar que,

no Estado do Paraná, o estudante, hoje, ocupa assento no Conselho Estadual da Educação; reivindicou ainda Senhor Presidente e Senhores Deputados, o direito da gratuidade de ensino em todos os níveis, pois que, da maneira como anda, com os custos do ensino, hoje, neste nosso Brasil, grande parte da população está condenada ao analfabetismo, à ignorância, além de uma bandeira levantada pela UPES, no Estado do Paraná, da volta do direito da meia entrada nos cinemas brasileiros.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, para nós, representantes do povo nesta Casa, é uma honra, é uma alegria, receber nesta Casa delegação tão expressiva, representativa dos estudantes que no Conclave Nacional representa com muito brilhantismo a classe estudantil do Estado do Paraná.

Muito obrigado. *(Sem revisão do orador)*

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente, e concedo a palavra ao Senhor Deputado Gilberto Carvalho, inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Recebi através da 1.ª Secretaria desta Casa, expediente endereçado pela Senhora Secretária da Educação, onde responde a nossa indagação e a nossa denúncia feita contra o Professor Lindo Rodrigues, do Município de São João do Ivaí.

Atendendo Ofício CASC 2797/84, com o qual Vossa Excelência encaminha requerimento do Deputado Gilberto Carvalho, solicitando desta Pasta o afastamento do professor Lindo Rodrigues, à direção da Escola Godoy Moreira, do Município de São João do Ivaí.

Vimos comunicar que esta Secretaria de posse dos resultados apurados pela competente Comissão designada para levantamentos das denúncias, constatou que as mesmas são improcedentes.

Esclarecemos ainda que, esta Secretaria dá-se plenamente satisfeita com o processo, para tanto levado a termo, o qual se encontra arquivado junto à Assessoria Jurídica deste Gabinete.

Nós fizemos a denúncia; trouxemos declarações assinadas e, solicitando inclusive, a abertura do competente inquérito, para apuração dos fatos. De posse deste Expediente, eu creio que a nossa parte foi cumprida, embora não nos satisfaça a resposta, porquanto trouxemos documentos, e esta pessoa que assinou o documento, deveria ser responsabilizada.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estamos chegando a mais uma lamentável constatação, e quando eu digo a mais

uma, é porque existem tantas outras, como o desemprego, que continua crescendo no Paraná, e a triste constatação, a que acabamos de chegar é a de que o Governo José Richa que recebeu o apoio quase maciço dos professores, quando de sua campanha, está traindo toda esta numerosa classe, está traindo, porque a ela tudo foi prometido, por este Governo que aí está instalado no Palácio Iguazu, e agora o que vemos é a proletarização do ensino em nosso Estado, com manobras maquiavélicas.

Hoje no Paraná grande parte dos professores, que estão assumindo as suas funções, nada mais recebem do que o mísero salário mínimo, quando o piso é de dois salários.

Pasmem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, tudo isto não sendo feito com a maquiavélica manipulação do Estado, através dos espúrios convênios feitos entre a Secretaria de Educação e as Prefeituras Municipais. Estes convênios assinados com as Prefeituras são contratos que têm uma única intenção: a de ludibriar a classe do magistério paranaense.

Vejam como está sendo maquinado: dos convênios assinados entre o Estado e a prefeitura, os municípios recebem o pagamento, ou deverão receber, porque até agora não receberam.

Quanto ao convênio firmado com as Prefeituras, é de janeiro a dezembro, e mais o 13<sup>o</sup>. Nós já estamos no mês de maio, e até agora não foi liberado nenhum pagamento às Prefeituras.

Não sabemos se as Prefeituras vão receber a partir de janeiro ou a partir de quando. Os Municípios recebem o pagamento de um salário mínimo para cada professor que colocam para selecionar nas Escolas Estaduais; acontece, então, que os municípios estão preenchendo as vagas que seriam do Estado, e cada professor deste quadro ganha apenas um mísero salário mínimo.

Através deste convênio espúrio torno a afirmar, este convênio foi firmado unicamente para excluir o Estado de sua responsabilidade com os novos professores, ficando os encargos sociais para os municípios. Só em Tuneiras do Oeste são 86 casos.

Além do mais, a Secretaria através de sua Secretária, Professora Gilda Poli, da Educação, é vista pelos professores, como uma "carrasca" da corte, pois vem dificultando a vida destes professores em nosso Estado, e faz com que o Governador José Richa, para receber o apoio desta classe, quando de sua campanha, ora bastou apenas prometer tudo; no momento em que os professores faziam grandes reivindicações, e a campanha do Senhor José Richa garantiu que atenderia a todas as reivindicações.

Mas estamos constatando que a situação

está pior do que a vivida anteriormente, pois, hoje, nem o Presidente da Associação dos Professores, Izaias Ogliari, é atendido pela Secretária, pois, quando ele pede uma audiência, para levar os problemas da classe até ela, nunca pode ser atendido; apenas é informado, de que é para deixar a reivindicação por escrito, e que ela responde por ofício.

As respostas são sempre negativas. Como o próprio professor Presidente da Associação tem afirmado, onde está a democracia pregada pelo PMDB?

As reivindicações desta classe são muitas.

Senhores Deputados, este ano foram empossados professores remanescentes no concurso anterior, só que estes professores quando fizeram o concurso, em sua maioria, pleitearam o seu padrão de aula num determinado município, e hoje residem em outro. Ora, o que custaria à Secretária, permitir o remanejamento desses professores, para trazer o padrão para a cidade onde trabalham? Mas a "carrasca" da corte não permite nem isso, justamente por um capricho pessoal, para dificultar a vida do Professor do Estado, havendo alguns lecionando em Curitiba com um padrão e o outro padrão em outro Município como Foz do Iguaçu, Umuarama e outras cidades do interior. Então os professores precisam viajar de um extremo do Estado a outro, com distância de até 800 km, isto todas as semanas. Quando um simples ato da Secretária poderia poupar esse sacrifício, principalmente porque existem professores do interior em situação inversa, residindo no interior, com seu padrão na capital. Existe também uma parte dos professores que está sendo esquecida. São os professores com aulas extraordinárias. Quando alguns que trabalham há mais de cinco anos em situação não reconhecida pelo Estado. O Governo prometeu muita coisa em campanha, e agora não reconhece nem a situação desses professores que trabalham há mais de cinco anos ininterruptamente, de forma extraordinária.

A reivindicação da Associação dos professores do Paraná é de que essa situação seja revista e tenha uma solução imediata. Temos que dar um basta aos atos desse Governo que sai gritando aos quatro cantos do País, que aqui se pratica a democracia; que aqui existe a liberdade de expressão, que existe o diálogo.

É preciso que se apure a responsabilidade desse desrespeito que está sendo cometido contra uma das mais dignas classes do nosso Estado, que foi usada para campanha do Senhor José Richa e dos seus asseclas. Chega de manipulação e de negociações. É preciso que mude essa situação. É preciso que esse professor que lutou, que fez um curso superior e que agora fica



aguardando um contrato de um salário mínimo junto às Prefeituras, para preencher as vagas que deveriam ser preenchida por um professor concursado no Estado, e possa lecionar e ter uma garantia para o futuro. Não nesta intranquilidade, num contrato de doze meses, que nós não sabemos ainda quando vai sair o pagamento, não sabemos também se esse contrato será renovado no ano de 1985. Eu concedo aparte ao nobre Deputado Ezequias Losso.

O Sr. Ezequias Losso - Nobre Deputado Gilberto Carvalho, Vossa Excelência aborda nessa tarde um assunto realmente muito importante para a estabilidade social de todo o Município que está hoje interessado em ter uma sociedade bastante sólida no dia de amanhã.

Tenho observado a preocupação dos Senhores Prefeitos que tudo têm feito de sua parte para resolver esse sério problema que é da contratação e da condigna remuneração dos professores.

Entretanto eles não têm tido o apoio necessário para encontrar uma solução favorável. E Vossa Excelência também aborda os professores que têm que teoricamente lecionar, em centenas de kms distante do local em que estão lotados com outro padrão. Está havendo a insensibilidade da Secretaria da Educação para resolver esses problemas também.

Eu me recorro que não faz muito tempo, antes do término do Governo anterior, que muitos dos que estão ocupando cargos na atual administração, vinham publicamente denunciar o então Secretário da Educação, dizendo que era um homem insensível. E o que dizem esses Senhores hoje? Estão realmente ausentes, totalmente omissos, frente a este problema. E Vossa Excelência com muita oportunidade está lembrando a esses Senhores, a essas Senhoras que hoje eles são do Governo, que hoje eles têm a obrigação de dar a solução. Não é apenas falar, criticar o Governo Federal e dizer que não recebem ajuda e outras coisas mais, quando não é verdade. O Governo Federal tem dado todo apoio, tem repassado verbas, mas estas verbas não têm sido convenientemente distribuídas a tempo de resolver os problemas dos Senhores Prefeitos Municipais e também para que haja uma necessária segurança dos professores que devem atuar na Rede Estadual de Ensino.

Por outro lado, observei que, recentemente, diversos personagens de vulto, do próprio PMDB, reclamaram da Senhora Secretária da Educação. Ainda ontem, segundo informações, o Prefeito Fidélcio Tolentino ocupou uma câmara de televisão, para denunciar o descontentamento de companheiros seus de partido, em relação ao tratamento que a Senhora Secretária da Educação

está dando ao problema educacional no Estado do Paraná.

Está de parabéns Vossa Excelência e tem toda a minha solidariedade no pronunciamento que fez.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado Ezequias Losso, e bem Vossa Excelência frisou: o MEC tem repassado os recursos. Neste ano de 83 ele recebeu - o Governo do Estado - mais do que em 82, do Ministério da Educação. E, além disso, desses recursos, mais o salário-educação que, hoje, é repassado - que antes ia às escolas particulares - que é repassado ao Governo do Estado, para atendimento aos municípios do interior.

Mas, preocupa-nos, também, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que hoje, nós deveremos votar, em segunda discussão, o projeto de lei que suspende o estágio probatório. Nós recebemos, e acredito que quase todos os Srs. Deputados devem ter recebido dos professores, principalmente de Maringá, mais de 100 correspondências, fazendo um apelo para darmos um apoio a esse projeto de lei.

Já estou preparando um expediente a todos esses professores, dizendo da nossa firme disposição na aprovação do projeto, mas encarecendo da necessidade do seu apelo ser feito diretamente ao Governador, para que sancione o projeto de lei que será aprovado por esta Casa. E, na quinta-feira mesmo, a Vice-Liderança do Governo afirmava que votaria em primeira discussão, favoravelmente, mas que reservava o direito de opinar em segunda votação sobre este projeto, porquanto não saberia da possibilidade de aprovação ou não.

Frisou o Líder da nossa Bancada ainda na quinta-feira, que o Governo passado houve por bem através de um decreto, suspender este estágio probatório, possibilitando o remanejamento dos professores e solucionando esse problema. Porque o problema não é só dos professores. Existe hoje, ainda, em pleno mês de maio, salas de aulas ainda sem professor, porque o professor procura, dentro das suas possibilidades, acomodar a situação. Se ele leciona aqui em Curitiba e tem outro padrão no Norte do Paraná, ele vai lá, fica dois ou três dias para não passar os 30 dias com falta e retorna a sua cidade, ficando os alunos sem aulas o restante desses dias, sendo um grande prejuízo, também para esses alunos que são os maiores prejudicados, e o nível de ensino vem caindo dia a dia em nosso Estado.

Mas, todos os dias, nós encontramos reclamações. O Colégio Palotti trouxe também no dia 11 uma denúncia de perseguição ao seu estabelecimento, pela Secretaria da Educação.

Não sei e não estou aqui para fazer a defesa do Colégio. Mas é preciso que se apure, porque se existe irregularidade no colégio é preciso ser cobrado, ser corrigido, e se não existe não podem continuar mais estas perseguições como se encontram no Estado do Paraná.

Concedo aparte ao nobre Deputado Augusto Carneiro.

O Sr. Augusto Carneiro - Quero me parabenizar com o pronunciamento do Deputado Augusto Carneiro, que confirma o Deputado experiente, sério e responsável que Vossa Excelência tem sido, em todo o decurso do trabalho de Vossa Excelência, abordando, nesta tarde, aspectos negativos da condução da Secretaria da Educação do nosso Estado.

Verdadeiramente, a Secretaria da Educação, desde os seus primeiros passos já foi motivo de convocação para debate nesta Casa e em momento nenhum, demonstrou ser um órgão em condição de desenvolver um bom trabalho a serviço do Paraná.

Várias distorções têm acontecido na administração daquela Pasta que têm prejudicado em todas as suas atitudes, portarias e o andamento do ensino paranaense. Ainda há pouco tempo tivemos um fato, que podemos dizer, foi uma traição feita às serventes do nosso Estado, quando foram obrigadas a assinar um expediente que deveria ter uma finalidade e houve uma distorção, tornando em aviso prévio para aquelas serventes que foram designadas pelos Senhores Prefeitos, e especificamente os Prefeitos do nosso Partido que viram os seus companheiros prejudicados nesse episódio.

Registramos neste aparte que fazemos a Vossa Excelência, a nossa colaboração em todas estas palavras e também no protesto e denúncias, é que fazemos do mau andamento da Pasta da Educação do Estado do Paraná.

Infelizmente é um setor que está desatendido e que não vem fazendo nenhum ato e nenhum fato que possa ser considerado por nós paranaenses que queremos bem este Estado, como um progresso no campo do ensino da cultura no nosso Paraná.

Meus parabéns pelo pronunciamento.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Agradeço ao nobre Deputado Augusto Carneiro que vem, junto com os nossos companheiros, demonstrar a preocupação com o ensino em nosso Estado.

Mas Senhor Presidente, Senhores Deputados, como ainda há tempo suficiente, eu quero abordar um outro assunto que está preocupando os municípios paranaenses. Eu estou requerendo hoje, cópia do convênio a ser firmado entre o Governo do Estado e as Prefeituras Municipais, com referência ao PRAM.

Se na realidade, essas informações que eu recebi de uma Prefeitura, é preciso que nos preocupemos com essa situação, e façamos um apelo para que corrijam, para que os municípios não sejam tão lesados.

Estão encaminhando aos municípios, uma minuta de projeto de lei que converte em ORTN em janeiro de 1984, o valor que até hoje não foi liberado desse convênios com as Prefeituras.

Exemplo: um município que tenha um convênio no valor de Cr\$ 88.074.800,00 transformado em ORTN em janeiro, ao valor de Cr\$ 7.545,98 a ORTN, vai ter 11.671,751 ORTN.

Se a liberação sair em maio ao preço da ORTN do mês de maio (a 11.145,99) vai este município receber 7.901,93 ORTN, portanto, 47% a menos do que deveria receber no mês de janeiro.

No entanto, o município antes de receber o recurso, já estava sendo prejudicado com 47% baseado o valor da ORTN de janeiro que é calculado e transformado o recurso para pagamento aos municípios.

Reservo-me para voltar a este assunto tão logo receba da Secretaria de Planejamento cópia deste convênio que está sendo proposto às Prefeituras e encaminhado às Câmaras Municipais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulta à Liderança do Partido Democrático Social se fará uso do horário que lhe é destinado. Com a palavra o Deputado Tugúio Setogutte por dez minutos.

O SR. TUGUÍO SETOGUTTE - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Expresso minhas congratulações com os jornalistas pelo transcurso do Dia da Imprensa. Falar de imprensa é falar da liberdade de palavra, que depende de muito mais que de declarações de direitos, proclamações e dispositivos constitucionais que proibam sua violação. Depende de coragem, de convicções pessoais e da compreensão de que um direito tão essencial à sociedade democrática não pode ser tido como certo, mas há de ser sempre objeto de preocupação vigilante. A liberdade de imprensa é o flagelo do tirano.

As garantias de palavra e de imprensa têm muito mais do que um sentido de instrumento de conveniência política. Sua finalidade é proteger os direitos da minoria contra os caprichos da maioria.

John Hohenberg, autor do extraordinário "Manual de Jornalismo", que deve estar presente em todas as redações de jornais e de ser o livro de cabeceira dos trabalhadores das palavras, por ser um guia profissional aos princípios e prática do jor-

nalismo moderno, pergunta:

O que faz o jornalista? Se pudéssemos identificar-lhe a principal qualidade, qual seria ela?

"Energia", responde James Reston, do New York Times.

"Dinamismo", opina Paul Miller, presidente da Cadeia Gannet de jornais.

"Cavar a verdade", afirma Herbert Brucker, diretor do Courant, de Hartford.

Sim, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, cavar a verdade, doa a quem doer. Essa deve ser a grande função do jornalista. E a propósito da verdade, nada mais do que a verdade, desejo prestar a minha homenagem a esse grande jornal brasileiro que é a "Folha de São Paulo", que num dos seus editoriais do dia 11 do corrente, diz que as atenções do Paraná e do País continuam voltadas para as denúncias de irregularidades na obtenção de créditos externos, por parte do Secretário das Finanças, Erasmo Garanhão. A partir do momento em que o Secretário do Planejamento, Belmiro Valverde, questionou o procedimento da Secretaria das Finanças, trazendo a público um assunto que estava sendo tratado nos bastidores do Palácio Iguazu, sigilosamente, os acontecimentos se precipitaram.

A "Folha de São Paulo", na análise feita pelo jornalista Nireu José Teixeira, diz, também, que o Sr. José Richa preferiu contemporizar. Indicou uma comissão para proceder sindicância. Comissão, digo, que tem a presidência um emaranhado de interesses denunciados publicamente pelo líder de nossa Bancada, Deputado Luiz Alberto de Oliveira, interesses vinculados ao Secretário das Finanças e que já fazem antever quais serão as conclusões da comissão.

Agora - prossegue a "Folha de São Paulo" - os Deputados do PMDB, passando por cima do ato do governador (e com sua aquiescência), decidem trazer o assunto para o âmbito da Assembléia Legislativa e irão ouvir em plenário os dois Secretários.

Tanto o Líder do Governo como o próprio Governador afirmam que os depoimentos de Belmiro Valverde e Garanhão não irão esvaziar os trabalhos da Comissão. Essas afirmativas agridem a inteligência e o bom senso de qualquer cidadão. Se a Assembléia, onde o PMDB possui maioria, toma a iniciativa na apuração dos fatos, qual o papel reservado à comissão? - Nenhum, pois o próprio Líder do Governo diz que essa é uma primeira etapa e que a Assembléia pode intervir novamente, caso a comissão não obtenha resultados imediatos ou que após suas conclusões não sejam tomadas as medidas pelo Executivo.

A Comissão, como se vê, está de antemão condenada. De um lado, é atropelada

pelos Deputados do PMDB, do outro coagida por declarações do Senhor José Richa, que num pré-julgamento afirma "não estar convencido de que houve dolo nas operações". Ao que tudo indica, o Governador perdeu o controle da situação. Acabará perdendo também a capacidade de agir como árbitro, deixando-se envolver pelos inúmeros interesses políticos que gravitam em torno do caso, com sequelas irreparáveis para sua administração. Os paranaenses não se interessam em assistir as lutas internas de grupos conflitantes no governo do Estado. E conclui a "Folha de São Paulo": querem apenas a verdade. Nada mais do que isso.

Esperamos, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, que o Secretário do Planejamento Belmiro Valverde, ao comparecer amanhã neste Plenário, esclareça todas as irregularidades que denunciou ao Governador do Estado referente a comissões pagas a intermediários na contratação de empréstimos em dólares. O próprio Belmiro declarou no dia 3 do corrente que estava convencido de que as coisas não foram feitas da melhor maneira para o Estado. E relacionando o nome do Chefe da Casa Civil, disse que ele e Scalco têm credibilidade e estão preparados para debater a respeito de todas as irregularidades. Irregularidades foi a expressão do Secretário de Planejamento. Irregularidades que, com a sua autoridade de Secretário de Estado e de Professor Titular da Universidade Federal do Paraná, tem a obrigação de esclarecer e comprovar perante este tribunal do povo, apontando os responsáveis por esses crimes de corrupção, pois as denúncias do Secretário Belmiro Valverde envolvem diferenças nas taxas de corretagem pagas a intermediários para obtenção de empréstimos em moedas estrangeiras.

Aliás, sobre a ocorrência das irregularidades não há dúvidas, pois o próprio Governador do Estado, em sua Nota Oficial do dia 2 de maio, diz textualmente: "Tendo chegado ao meu conhecimento atos referentes a operações de crédito em moeda estrangeira que colocam sob suspeição ocupantes de cargos de confiança do meu governo".

São palavras do próprio Governador que denotam a existência de um mar de lama em seu governo. É o que transparece do "escândalo dos dólares". Essa é a transparência absoluta perante a opinião pública do Paraná e do País. Amanhã, neste plenário, o Secretário Belmiro Valverde, professor pela Universidade da Califórnia, poderá com coragem e comprovando ser um homem comprometido com os anseios paranaenses e brasileiros de honestidade e probidade, dizer ao povo desta terra quem é o responsável por um procedimento oprobrioso que atinge a toda a administração estadual e

envergonha o povo paranaense.

É chegada hora da verdade. Verdade já. Como ainda na semana passada diria o jornalista Nireu - honestidade também já. Nada mais do que a verdade. Doa a quem doer.

Muito obrigado, Senhor Presidente."

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Consulto a Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é reservado. Com a palavra o Senhor Deputado Augusto Carneiro, por vinte minutos.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Amanhã, esta Casa ouvirá o depoimento do Secretário do Planejamento. Não somos só nós os Deputados que queremos ouvir Sua Excelência. São os paranaenses todos. Afinal, acima dos interesses políticos, acima dos interesses partidários e de grupos, acima disso tudo, paira soberano o interesse do povo. Este não pode estar em jogo nem ser submetido a conveniências momentâneas, nem ser posto em jogo no confronto de posições de A ou de B.

Interessa, sobretudo, a verdade; não há lugar para a mínima dúvida; os fatos precisam ser apurados rapidamente, pois a traumatização do episódio engolfa a administração, tumultua a vida do Estado, imobiliza ainda mais o que já estava inerte, galvaniza a opinião pública, atônita ante fatos tão estarrecedores.

Sua Excelência aqui será ouvido. Se aqui vem para falar, que mudo não fique, já, que tanto falou, assegurando estarem as suspeitas respaldadas em farta documentação, conforme suas declarações à imprensa.

Não pode agora e não deve furtar-se, nesta Casa do Povo, de exibir tais provas, toda a farta documentação em que diz respaldar as suspeitas sobre as irregularidades nas operações de empréstimos internacionais.

Dele não se espera agora o silêncio, silêncio que compromete e que induziria pensar estarem, por conveniência política, se sobrepondo aos interesses maiores da população, interesses inconfessáveis que fatalmente acabarão por minar a estabilidade do agrupamento que hoje detém no Paraná, no Poder, com graves consequências para os destinos deste Estado.

Pobre Paraná sobre o qual se voltam agora os olhos de toda a Nação. O que fizemos nós para merecer tanto?

O que fizemos nós para, de repente, sermos jogado nesse marasmo administrativo inversamente proporcional aos desmandos e aos descabimentos que a tudo paralisa e a tudo enxovalha, pondo a descoberto no que consiste a transparência desse Governo.

Sim, está esse Governo absolutamente certo quando se auto-intitula de transparente, o que inegavelmente o é, tão transparente que nada se antepõe de um lado ao outro, nada, absolutamente nada de obras, de realizações, de promessas cumpridas.

Nisso consiste a transparência: o vazio absoluto. Transparente, sem dúvida, mas democrático de forma alguma, só se por democrático entender-se os privilégios de uns na manipulação de poderes extapolados em evidentes prejuízos de tantos atingidos igualmente pela imoralidade que corrompe a todos.

É essa a autêntica transparência desse Governo que já nem mais se pode chamar de pemedebista, pois que, em assim se fazendo, estar-se-á expondo o próprio, à execração pública todos aqueles que honestos são, fazendo-os ficar sob suspeição por atos e desmandos praticados por uns poucos.

E aí se incluem não só os pemedebistas de primeira instância como, igualmente os que vieram depois de compor a ampla frente para conquistar o poder nos Estados e que acabou levando ao governo do Paraná, interesses, ideologias e conceitos tão díspares e contraditórios que, fatalmente, levariam em curto espaço de tempo a uma ruptura e ao confronto de posições.

E como pode um emaranhado de tais contradições levar a algum resultado positivo? Quatorze meses de gestão já se vão e nada, absolutamente nada, do que esperava a população, mais do que isso, exigia a população, com base nas promessas de campanha que agora se vê não passavam de seduções para deslumbrar e enganar.

Não só não se cumpriram as promessas, num verdadeiro achincalhe às expectativas do povo, como se fez pior, muito pior, culminando agora com esse escândalo dos dólares denunciado por um integrante da própria equipe de governo, por certo não querendo receber também ele o estigma.

Isso só basta para denunciar a grave ruptura ocorrida no seio desse Governo, participativo sim, mediante a participação de alguns de seus membros em polpudas somas das comissões imorais; transparente também, sim, mas jamais democrático e sobre o qual paira agora o terrível dilema da dúvida que atinge a todos indistintamente.

O Sr. **Airton Carneiro** - Vossa Excelência concede-me um aparte? (**Assentimento**). Ilustre Deputado Augusto Carneiro.

Em primeiro lugar confesso que sinto-me honrado, pela oportunidade que Vossa Excelência oferece-me para ao oferecer-me esse aparte, tentar oferecer também alguma contribuição ao lúcido pronunciamento

feito na tribuna, nesta sessão, num momento extremamente delicado, num instante em que a moralidade pública requer a coragem que Vossa Excelência tem, para trazer a esta Casa e registrar para o resto da história deste Parlamento, a posição de um Parlamentar independente e consciente de todas as suas obrigações.

Permita-me Senhor Deputado Augusto Carneiro, que em nome do Diretório Regional do nosso partido, eu insira no seu pronunciamento a manifestação oficial do Diretório, hoje baixada, respondendo inclusive, algumas afirmações tendenciosas do Governador José Richa, que pretende colocar um pano de fundo neste escândalo dos dólares no Paraná e esta manifestação do nosso partido, ocorre através de uma nota oficial, cujos termos eu leio e apresento a seguir. (Lê):

"O Diretório Regional do PDS, reconhecendo a gravidade da crise que envolve o Governo do Estado e denunciando as dubiedades do Senhor José Richa no esclarecimento do nebuloso episódio dos empréstimos internacionais, coloca para julgamento dos paranaenses a posição oficial do Partido sobre a matéria:

1) As sérias acusações, de domínio público, a respeito da lisura e da moralidade das operações financeiras em dólares realizadas pelo Governo do Paraná e endossadas pelos Senhores Secretários de Estado do Planejamento e da Casa Civil devem ser apuradas pela Assembléia Legislativa, sem qualquer cerceamento;

2) Ao Tribunal de Contas do Estado compete, como órgão auxiliar do Poder Legislativo, aprofundar a fiscalização de todos os atos praticados pela atual gestão dos negócios públicos estaduais, especialmente na área financeira;

3) O Governador José Richa é o responsável pela visível manipulação da opinião pública, buscando minimizar a extensão de questão de tão suma gravidade, na medida em que, justificando-se em supostos erros do passado, exara prejulgamentos distanciados da realidade;

4) Os recentes pronunciamentos do Senhor Governador aumentam as dúvidas sobre as verdadeiras intenções que determinaram a criação da chamada Comissão de Alto Nível para examinar e oferecer parecer sobre o assunto;

5) O PDS avoca a si a responsabilidade pelo início das investigações sobre os empréstimos internacionais, pela ação positiva dos seus Deputados, e, reconhece que nas múltiplas formas a que recorre a Administração Estadual para sufocar a opinião pública e limitar os condutos de informação, tendem a conferir, de forma espúria, ao Governo, a iniciativa de tais investigações;

6) É lamentável que o Governo do PMDB, afastando-se cada vez mais das pregações da campanha, em cima das quais José Richa conquistou o Palácio Iguaçu, esteja contribuindo substancialmente para o aumento da dívida externa do Paraná, hoje estimada em 700 milhões de dólares;

7) O PDS, há vários meses, está preocupado com o crescente endividamento do Paraná, distante das alquimias contábeis e do fraseado tecnocrático, exercendo seu dever democrático de Partido de Oposição e de inalienáveis compromissos com os paranaenses, não encontrando nesta atitude qualquer motivo para as reações de supostas dignidades ofendidas, por parte do Governo Estadual;

8) Na defesa do interesse do Paraná, o PDS exorta a todos para que se mantenham na integridade de sua capacidade crítica, infensos às pressões emocionais, políticas e econômicas exercidas pelo Governo do Estado, com o objetivo de tordar o direito à livre informação;

9) Renuncia, finalmente, a possibilidade de a própria Assembléia Legislativa - diante do quadro emocional e aparato partidário que os governistas estão montando - vir a se tornar instrumento obliterador da verdade, sob a condução de claques preparadas em favor de posições aprioristicamente definidas.

Curitiba, 14 de maio de 1984.

(a) AIRTON CORDEIRO  
Secretário Geral

\* a posição formal do Diretório Regional do PDS, em relação a este escândalo, e vinte e quatro horas antes do depoimento do ilustre Secretário do Planejamento, Belmiro Castor.

Muito obrigado, Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, e logo a seguir, após desenvolver um pouco mais o meu pronunciamento eu darei a palavra ao eminente Deputado Odeni Mongruel.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Gostaria hoje de estender-me numa análise sobre a atuação desse governo naquilo que lhe devia ser inerente, ou seja, a administração da coisa pública. (Lê):

A realização de programas e projetos em favor do desenvolvimento do Estado e em benefício da comunidade.

Vai ganhando foros de celebridade esse Governo, mas celebridade não advinda de realizações profícuas, de mudanças propostas no sentido da elevação da qualidade de vida. Muito pelo contrário. Celebridade decorrida da prepotência, da voracidade fiscal, da discriminação odiosa, de escândalo em cima de escândalo que põem em xeque a estabilidade de Governo e a unidade

de toda a equipe.

Como representante do povo nesta Casa, gostaria de poder aqui arrolar algumas iniciativas, algumas realizações que realmente representassem um avanço, um benefício qualquer ao povo. Infelizmente, nada encontro capaz de nos dar um alento de esperança, pois mesmo sendo oposição a esse governo que aí está muito mais importa o bem público que as posturas partidárias.

Não prometiam esses que agora se aboletaram no poder, uma política fiscal austera? Não condenavam o arrocho fiscal e a elevação de tributos? Isso prometiam, mas na prática fazem exatamente o contrário, impondo ao Estado uma política de terra arrasada. E não somos nós que isso afirmamos. É o próprio Secretário das Finanças, na custosa publicação inserida em órgão da imprensa nacional, que arrola as multas aplicadas e cobradas cujo montante ascende a 22,6 bilhões de cruzeiros, dos quais dez milhões somente sobre as atividades frigoríficas, cerealistas e de laticínios.

Além desses 22,6 bilhões em multas, aponta ele outros 40 bilhões obtidos pela cobrança da dívida ativa, recursos esses como se recebidos de herança de administrações anteriores vindo rechear mais as burras desse governo.

Prometiam realizar um programa que possibilitasse a criação de empregos, e onde estão os cem mil empregos prometidos para o primeiro ano? Ao invés de amparar a atividade produtiva mediante uma política de apoio e incentivo, preferiu esse governo locupletar os gabinetes dos Secretários e dos Diretores com verbas polpudas, destinando-lhes recursos superiores a 300, 400, 600 e até 900% em relação ao ano passado, enquanto a receita apresenta um aumento de 167% e as despesas de capital-as de investimentos para atender às necessidades da população - são reduzidas em 31%, em 1983, para 23% este ano.

Onde a coerência, onde a sensibilidade para administrar a coisa pública, o bem de todos, se rejeita esse governo uma emenda do líder de nossa bancada propondo a redução de um bilhão na verba da Comunicação Social para ser destinado esse montante a um programa de apoio a micro e média empresas geradoras em alta escala de empregos. Não apóia a criação de empregos mas gasta desbragadamente na promoção propagandística, em montantes que ninguém pode saber, se 10, 15, 20 ou mais bilhões de cruzeiros, enquanto se deterioram os serviços públicos e nada se acrescenta à infra-estrutura de atendimento.

Onde a coerência e a sensibilidade quando se discriminam os projetos do PDS, não prejudicando esses, mas sim aos que moram nos municípios por eles administrados; quando se demite puramente por moti-

vos ideológicos, num incontido impulso de revanchismo e de rancor.

Onde está a sensibilidade do próprio Governador, quando em nota oficial afirma ter demitido mais de mil funcionários por corrupção, sem mencionar quem, colocando dessa forma sob suspeição de corruptos todos os que se demitiram do Estado ou foram exonerados por causas outras.

Política odiosa de retaliação, de vendeta, de propósito de denegrir a tudo o que existia antes, esquecendo-se que nos últimos dez anos, quatro deles foram da gestão Canet, a quem atingem indiscriminadamente, a ele que foi o sustentáculo de sua vitória e o avalizador de suas ações.

Nada faz este governo, de relevante, de benéfico para a população, imerso está ele em construir uma teoria de que o Paraná se inicia agora sob uma égide, preocupado está em pintar com cores sombrias e carregadas uma realidade que não existe tal como a pintam.

Apresenta uma situação caótica no setor educacional, chegando ao absurdo de proclamar a existência de 2 milhões e 300 mil analfabetos numa população de menos de 8 milhões de habitantes, mas nada fez para corrigir tal situação se ela de fato existe, apregoando como grande realização no campo da educação, a eleição de diretores das escolas públicas estaduais.

Aponta de forma dramática o quadro na área da Saúde Pública, assinalando elevados índices de mortalidade infantil e de gestantes; esboça o quadro mas na realidade apresenta como resultado em um ano de gestão a construção de apenas dois postos e seis centros de saúde, onde a coerência, quando diante de tamanha gravidade no campo social aplica, em 1983, menos de 15% do orçamento global na área social. Apenas 15% dos recursos para a educação, saúde, assistência social, cultura e esporte, justiça, meio-ambiente, habitação e segurança.

Nada fez esse Governo inerte, frustrando a expectativa de todo um povo. Governo inerte, mas muito esperto em alguns casos.

Nunca se pode esquecer a lição bíblica: Basta apenas uma maçã podre para fazer apodrecer todas as maçãs do cesto. Basta uma e todas apodrecerão, enquanto todas não conseguem tornar sana a maçã podre.

Diante de tais fatos e das proporções a quem chegam estes, como estará se sentindo o austero, o sisudo Jayme Canet Júnior, que a estas horas deve estar pensando: onde fui amarrar o meu cavalo.

A comédia está finda. O pano desce, não para encobrir os atores, mas para desvendar toda a cena.

Concedo o restante do tempo que me resta, ao Deputado Odeni Mongruel.

O Sr. Odeni Mongruel- Agradeço a Vossa Excelência, mas declino do aparte em virtude da escassez de tempo.  
Muito obrigado, Deputado!

O SR.AUGUSTO CARNEIRO- Era o que tinha a dizer.  
Obrigado, Senhor Presidente.

C SR.PRESIDENTE (Trajano Bastos)- Consulto a Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR.ACIR MEZZADRI- No horário da Liderança, usará da tribuna o Deputado Nelson Vasconcellos, por 10 minutos, e também por 10 minutos, o Deputado Ervin Bonkoski.

O SR.PRESIDENTE (Trajano Bastos)- Com a palavra, o Senhor Deputado Nelson Vasconcellos.

O SR.NELSON VASCONCELLOS - (Lê):

#### RELATÓRIO SOBRE A PRISÃO PROVISÓRIA DE CURITIBA

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É com prazer que ocupo hoje a tribuna desta Casa para apresentar minhas congratulações e meu respeito para com o Doutor Francisco Irineu Brzezinski e sua equipe pelo trabalho que vem sendo empreendido na Prisão Provisória de Curitiba. Apesar das dificuldades naturais, apesar do caos encontrado pela péssima administração anterior, a Prisão Provisória de Curitiba apresentou progressos na busca de um atendimento mais humano para o preso e na sua recuperação para o retorno ao convívio social.

Existindo como presídio, desde 1908, a Prisão Provisória de Curitiba, atende pessoas que estejam processadas ou que não foram condenadas definitivamente. Apesar deste objetivo, a Prisão Provisória de Curitiba, abriga cento e sessenta internos com sentenças definitivas em função da superpopulação da Penitenciária Central do Estado.

Assumindo em abril de 1983, Francisco Irineu Brzezinski encontrou o problema que atinge todo o sistema penitenciário do país e que é gerador das maiores crises no setor e que infelizmente e invariavelmente, tem terminado em motins e mortes: a superpopulação. Projetada para receber 350 internos, a Prisão Provisória possuía 845. Com o esforço da atual administração foi feito um levantamento e diversos presos foram removidos para a PCE, os estrangeiros foram expulsos do país, os prisioneiros de outros Estados retornaram a seus lugares de origem.

Senhor Presidente, estas medidas redu-

ziram o número de presos mas apesar do esforço a população carcerária continua subindo. Hoje são 704 presos internos na Prisão Provisória, o que representa, ainda, um excedente de 100 por cento.

A situação da Prisão Provisória é apenas um reflexo da realidade brasileira e enquanto as estruturas não se modificam é preciso um trabalho de fé na busca da recuperação do interno, um trabalho baseado na proposta democrática.

Senhor Presidente, em um ano, a Prisão Provisória de Curitiba, apesar de toda a crise, conseguiu avançar livrando-se de vícios como os que levaram administrações anteriores a construírem até uma sauna para seu usufruto, a usarem de truculência no tratamento dos internos, esquecendo-se que a falta de liberdade é o maior castigo que um indivíduo pode receber, a atual administração está humanizando um setor tantas vezes objeto de estudo e poucas de prática.

Ao assumir a direção da Prisão Provisória, o Doutor Francisco Irineu Brzezinski espalhou pelos quadrantes, urnas para que os presos pudessem livremente apresentar sugestões e queixas, com o objetivo de melhorar o relacionamento no presídio. A reivindicação mais gritante foi de trabalho. O pedido não ficou sem resposta: A cozinha interna funciona perfeitamente com o trabalho dos presos. Os internos costuram bolas e empalham assentos e encostos de cadeiras para algumas firmas da capital. Lavanderia, alfaiataria, laboratório fotográfico e serviços de prótese dentária são ocupações dos internos também, assim como padaria, barbearias, almoxarifado, açougue, alvenaria e conservação, oficina mecânica e horta. A marcenaria produziu no ano passado, mil carteiras escolares para a Fundepar e este ano deverá produzir mais mil.

Senhor Presidente, durante o movimento de desempregados, a fábrica de macarrão da Prisão Provisória produziu 1.320 quilos de macarrão para o atendimento dos necessitados. No período das enchentes, 5.100 quilos foram produzidos para atender os flagelados. Quando por questão de segurança, a padaria da Penitenciária Central do Estado, não funcionou no início deste ano, os internos da Prisão Provisória produziram seis mil pães diariamente para servir a Penitenciária Central do Estado.

O serviço de conservação da Prisão Provisória realizou a pintura interna e externa do prédio, das grades, do açougue, almoxarifado, padaria e fábrica de macarrão. Os internos realizaram também a construção do campo de futebol e de uma cancha polivalente, com material da Prefeitura Municipal de Curitiba. Foi trocado o encanamento, feito manilhamento de vale-



tas, trocado o telhado da fábrica de macarrão e construída caixa de alvenaria com azulejos e tampa para o serviço de prótese dentária.

Para conhecer a problemática do interno, a unidade prisional dispõe de um serviço psico-social prestado por funcionários e estagiários das Universidades Católica e Federal. Além do atendimento psicológico, este serviço também é responsável pela localização e, ou, expedição de documentos para os presos. Somente no ano passado, foram feitos 3.167 atendimentos aos internos.

Foi iniciado um trabalho de ajardinamento numa área de 250 m<sup>2</sup> com flores de diversas qualidades e em breve será montada uma floricultura. Estas flores serão vendidas aos familiares dos internos. Esta ação, dentro do plano de humanização do presídio, Senhores Deputados, busca desenvolver a criatividade e sensibilidade do indivíduo delinqüente, privado de sua liberdade.

A Assessoria Jurídica, outro setor importante neste trabalho de humanização, conta hoje com cinco advogados, três funcionários administrativos e três estagiários da Universidade Católica e da Universidade Federal - precisamos louvar também o empenho das duas Universidades curitibanas que não tem negado sua contribuição neste programa da Prisão Provisória de Curitiba.

Senhores Deputados, este número de funcionários no setor jurídico ainda é pequeno para prestar o atendimento que os presos necessitam. No entanto, em 1983, a Assessoria Jurídica atendeu 4.245 pedidos, que vão de adequação de pena à revisão criminal.

Este grupo de trabalho atende o interno que não tem advogado, presta esclarecimentos aos parentes dos presos, encaminha documentos e verifica a situação do processo dos internos.

Ao apresentar seu balanço anual, a Divisão Administrativa informou que foram gastos CR\$ 433.983.000.067,00 entre abril e dezembro de 1983, e este ano, entre janeiro e março, mais CR\$ 193.205.000.597,00 com material de consumo, salário família e encargos sociais. Com obras permanentes, a atual direção da Prisão Provisória de Curitiba investiu, neste primeiro ano de gestão, CR\$ 14.358.000.662,00. A alimentação consumiu CR\$ 211.257.000.629,00, sendo fornecidas 301.640 refeições com esta verba.

Senhor Presidente, humanização de um presídio compreende melhorias na condição de vida do interno. Esta preocupação tem sido demonstrada pela atual administração da Prisão Provisória. Até abril deste ano, os presos receberam duzentos beliches, du-

zentos colchões, quatrocentos lençóis, quatrocentas fronhas, quatrocentos travesseiros, quatrocentas mantas. Foi autorizada a compra de algodão cru para a confecção de novos lençóis e fronhas e a aquisição de mais quinhentos cobertores, quinhentos travesseiros, duzentos e trinta e duas espumas para colchas, quinhentas canecas plásticas e cem dúzias de talheres.

A nutricionista propôs um novo cardápio que está, de acordo com as possibilidades administrativas, sendo implantado.

A Assistência Médica não foi esquecida. São quatro profissionais que garantem atendimento vinte e quatro horas por dia, inclusive nos finais de semana. Neste ano de gestão foram realizadas mais de quatro mil consultas e mais de cinco mil receitas foram atendidas pela Farmácia do Presídio. O serviço odontológico realizou mais de três mil atendimentos. Através de estudos realizados com os médicos, foi reduzido o gasto com medicamentos, muito elevado nas gestões anteriores.

Senhor Presidente, atendendo o principal pedido dos internos-trabalho - a administração da Prisão Provisória de Curitiba instalou a Divisão de Educação e Profissionalização. Com o apoio do Senac e Senai foram ministrados cursos de eletricitista instalador, vendedor externo, soldador, marceneiro, auxiliar de almoxarife, auxiliar de armazenamento e garçon, formando cento e dois profissionais.

Para este ano foram realizados novos contatos com o Senac, Senai, LBA, Detepar e Prodap para que a Prisão Provisória seja incluída no cronograma de cursos profissionalizantes destas entidades.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, acredito que a situação encontrada hoje na Prisão Provisória de Curitiba não é a ideal.

Mas é a melhor dentro do que é possível realizar num período de crise profunda, em que a falta de condições mínimas de vida para o homem leva-o à delinqüência, à marginalidade e à violência.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Permito, com muita honra, aparte ao Deputado Rubens Bueno.

O Sr. Rubens Bueno - Vossa Excelência ao fazer referência ao Doutor Irineu Brzezinski, vem de encontro àquilo que nós pensamos, por ser um eminente advogado da região de Campo Mourão, onde militou durante muitos anos naquele Fórum, além disso, concursado como Promotor Público, onde teve brilhante atuação nas Comarcas de Palmital e Corbélia. E recentemente, na eleição de 1982, candidato a Deputado Federal, logrou uma brilhante atuação, e hoje é o primeiro suplente da Bancada Fede-

ral do PMDB.

Eu quero parabenizar Vossa Excelência pela oportunidade de seu pronunciamento, porque na sexta-feira última, acompanhado de sete outros Parlamentares do PMDB, nós estivemos em Londrina visitando as malfadadas instalações da Colônia de Tamarana. Lá pudemos observar o quanto de dinheiro se jogou fora na última gestão. Pudemos observar o descaso para com a atividade pública daqueles que pertenceram ao Governo passado. Então Vossa Excelência está de parabéns ao comparar uma administração correta, proba e digna, de uma administração, daquela que nós visitamos na última sexta-feira, onde se demonstrou, mais do que nunca a malversação do dinheiro público por parte daqueles que não têm compromissos populares, se formos comparar uma atividade e outra.

Portanto, eu quero parabenizá-lo e agradecer a Vossa Excelência as referências ao Doutor Irineu Brzezinski.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Eu quero agradecer ao nobre Deputado Rubens Bueno o seu aparte, e peço para que possa incluí-lo em meu pronunciamento.  
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - No horário destinado à Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ervin Bonkoski, inscrito, por 10 minutos.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"A Assembléia Legislativa do Paraná precisa resgatar uma dívida que contraiu, involuntariamente, com uma das mais expressivas figuras da comunicação paranaense, o jornalista Samuel Guimarães da Costa.

É evidente que a ele todo o Paraná deve um pouco, todos os paranaenses tem um débito, pelo que ele fez, pelo que ele continua fazendo com sua inteligência, com seu brilhantismo, com seu trabalho.

A dívida a que me refiro foi a falta de um reconhecimento à altura por ocasião do lançamento do livro "40 Anos de Jornalismo". Esta dívida o próprio Samuel, na sua imensa bondade e compreensão entende e perdoa. Ele reconhece que à época do lançamento, esta Casa encontrava-se em pleno recesso de final de ano. Mas, o fato de ele entender, não nos desobriga da homenagem; homenagem esta que pela ausência de vaidade, poderá ele até dispensar, mas não podemos nós próprios nos dispensarmos do indeclinável dever do reconhecimento.

Não pretendemos, com estas palavras, resgatar tudo quanto nosso Paraná deve a este parnanguara de fibra. Pretendemos, isto sim, colaborar no sentido de que mais

uma vez se registre na memória dos paranaenses a dedicação, a luta, o trabalho de Samuel Guimarães da Costa, o "Samuca", se nos permitem, uma forma gentil e carinhosa de tratamento.

Falar de Samuel Guimarães da Costa é falar da história do Paraná, não apenas na atividade jornalística mas também na história política e literária, na história da economia da terra, dos recursos deste solo. Parnanguara, descende ele de uma família que nos deu muitos intelectuais e jornalistas, como Leocádio Pereira da Costa e Zenon Pereira Leite, entre outros.

Esteve sempre ligado ao jornalismo, mas isto não impediu que também tivesse participação ativa em outros setores, como por exemplo no cooperativismo, especialmente no âmbito da erva-mate, essa que já foi uma das nossas principais riquezas e à qual ele conhece muito bem, tendo inclusive trabalhos de grande importância já publicados.

Na sua vida profissional alteraram-se grandes jornais, daqui e de outros Estados, como a "Gazeta do Povo", "Diário do Paraná", "O Estado do Paraná", "Diário Carioca", "Última Hora". Trabalhou também na área publicitária e destacou-se na atividade de assessoria a diversos homens públicos, como os Ministros Aramis Athayde e Munhoz da Rocha Netto. Participou, mercê a sua capacidade, inteligência e descortínio da vida pública, de vários Governos Estaduais.

Samuel Guimarães da Costa, foi tudo e mais um pouco: ele mesmo lembra que, numa de suas passagens pelo interior foi Secretário de Prefeito, Delegado de Polícia, agente de estatística, orador de clube, secretário de comissão da Cruz Vermelha. Ele mesmo se define, aos 20 anos, como "homem de sete instrumentos".

Contribuiu muito, em muitos setores, embora sua grande participação tenha sido na comunicação, na imprensa, e por decorrência na política. Mesmo que não queira admitir, por humildade, foi - e continua sendo - um conselheiro requisitadíssimo.

Na imprensa, como na política paranaense Samuel Guimarães da Costa é uma extraordinária fonte de informação, de pesquisa e de sabedoria, notadamente para as novas gerações.

Sobre Samuel Guimarães da Costa, vale relembrar um episódio singular, que demonstra que os valores e a inteligência de um homem são sempre reconhecidos, independentemente de posições que haja assumido ao longo de sua vida.

Em 1963, "Samuca" sustentou uma parada difícil. Era o diretor do "Jornal da Greve", o único que circulou em Curitiba, durante a greve histórica dos jornalistas paranaenses. Em 1964 respondeu inquérito

no Quartel da 5.ª Região Militar, que na época indiciou diversos jornalistas.

Quatro anos mais tarde, ele voltou ao meio militar. A convite do próprio comando da 5.ª Região, foi orador oficial nas comemorações do Sesquicentenário do General Osório, tendo proferido uma palestra para a oficialidade da Guarnição de Curitiba, nos salões do Círculo Militar do Paraná.

Mas, voltemos ao tema desta manifestação: os quarenta anos de jornalismo de Samuel Guimarães da Costa.

O livro serve não somente para conhecermos a figura do jornalista, escritor, ensaísta... serve para conhecer-lhe o pensamento, serve também para se conhecer um pouco da história do Paraná, serve para atualizar sobre muitos importantes temas nacionais. São artigos, reportagens, depoimentos, entrevistas de conteúdo sobremaneira revelador.

Não são assuntos apenas dos quarenta anos de dedicação do autor, são retratos, fragmentos da nossa história.

É por isso, que rendemos nossa homenagem e nosso reconhecimento a Samuel Guimarães da Costa, pelo que ele representa, pelo que ele nos deu, pelo que ele produziu para o Paraná e para os paranaenses.

Homenagem e reconhecimento pelo seu valor e também por ter conseguido senão vencer a nossa crônica autofagia, pelo menos mostrar que ela tem contos vulneráveis.

Homenagem e reconhecimento porque, como ele próprio diz "não é todo dia que alguém faz quarenta anos de jornalismo". E podemos completar: não é todo dia que alguém faz quarenta anos de alguma coisa".

Muito obrigado.

O Sr. Anibal Khury- Vossa Excelência me permite um aparte? (**Assentimento**).

Nobre Deputado Ervin Bonkoski: quando Vossa Excelência assoma à tribuna para lembrar a figura do grande jornalista Samuel Guimarães da Costa, Vossa Excelência está fazendo um ato de justiça a um dos melhores jornalistas que o Paraná produziu até hoje.

Conheço Samuel há muitos anos, compartilhei com ele como político e ele Chefe da Casa Civil do Governador Paulo Pimentel.

Além de jornalista demonstrou grande capacidade política, grande capacidade para o diálogo e honrou aquele governo com a sua presença. Quero me congratular com Vossa Excelência por essa justa lembrança que faz, ao se referir aos quarenta anos de jornalismo de Samuel da Costa.

O SR. ERVIN BONKOSKI \_ Obrigado Deputado Anibal Khury.

Era o que eu tinha a dizer, Senhor

Presidente, Senhores Deputados na homenagem que não é nossa, mas é desta Casa, e do povo paranaense.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira- Vossa Excelência me concede um aparte? (**Assentimento**).

Eminente Deputado Ervin Bonkoski: realmente o fato de Vossa Excelência estar na tribuna, nessa tarde é mais do que uma lembrança ao eminente jornalista do Paraná, é um ato de justiça que Vossa Excelência e esta Casa praticam com um dos expoentes da imprensa do Paraná.

Samuel Guimarães da Costa, o amigo Samuca de todas as correntes políticas do Paraná, na verdade, é um dos mais ilustres jornalistas do nosso Estado.

Sua vida confunde-se na verdade, nesses últimos anos, com a própria vida da imprensa paranaense, e ao homenageá-lo, Vossa Excelência homenageia na verdade, a imprensa do nosso Estado, a imprensa que como Samuel tão bem encarna, é irmã da classe política. Porque Samuel Guimarães da Costa quando precisa, denuncia, quando se faz necessário contribui, quando o Paraná exige, dirige, através da sua pena e da sua capacidade intelectual os apelos maiores para que nós políticos, independentemente de partidos, possamos ter em mente que servimos todos- políticos e imprensa, ao Estado do Paraná e a sua gente.

Vossa Excelência pratica, torno a repetir, um ato de justiça, e creio que esta Casa faria bem, entregando a Samuel Guimarães da Costa, um Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná por aquilo que Samuel já fez ao nosso Estado. Eu me sentiria honrado se Vossa Excelência aceitar essa sugestão, ao subscrever com Vossa Excelência, projeto de lei dando a Samuel Guimarães da Costa o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, por aquilo que ele tem feito por nosso Estado, na imprensa e em seus comentários e em seus livros, todos eles, onde se destaca a sua capacidade e o seu amor ao Paraná.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Eu agradeço ao eminente Deputado Luiz Alberto Oliveira a sua proposição e é muito oportuna essa manifestação de Vossa Excelência. E vamos subscrever este projeto concedendo esse título. Porque, através de Samuel Guimarães da Costa, nós estaremos homenageando toda a imprensa paranaense.

Muito obrigado por esta oportuna, repito, manifestação.

Senhores Deputados, Senhor Presidente. Nós agradecemos todas as manifestações; porque estamos amalgamados com a imprensa. Sem esta imprensa nós não teríamos, de forma alguma, a propalação dos nossos atos. E é importante que nós, nesta home-

nagem a Samuel Guimarães da Costa, estamos fazendo também a toda a imprensa: aos jornais, às revistas, às televisões, às rádios. Enfim, toda a imprensa do Estado do Paraná que é feita de nossa gente, de pessoas sensíveis, de pessoas inteligentes e, sobretudo, de pessoas que amam nosso Estado.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa consulta a Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe resta.

Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n. 77/83, constante da Ordem do Dia marcada para hoje. **Aprovado.**

O SR. NILSO SGUAREZI - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, antes da verificação de votação, eu requeiro à Mesa a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

24 Senhores Deputados responderam a chamada. Não há "quorum" para deliberação, somente para prosseguimento da Sessão. (Fica portanto, prejudicado o requerimento).

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia; conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

01) REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 98/83, (Mensagem n. 119/83 - Ex-Proposição n. 111/83), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termo Aditivo n. 01 de 06.09.83, ao Convênio celebrado em 13.06.83, entre o Estado do Paraná e o Município de Umuarama, através da Secretaria do Interior, objetivando

execução de Obras de Controle da Erosão Urbana, no citado município. **Encerrada a discussão.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 98/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º - Fica aprovado o Termo Aditivo n.º 01, datado de 06 de setembro de 1983, ao Convênio celebrado em 13 de junho de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de Umuarama, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26/04/84.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente

JORGE MAIA FILHO - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 118/83, (Mensagem n.º 116/83, ex-Proposição n.º 112/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para a recuperação de estradas. - **Encerrada a discussão.**

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 118/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º - Ficam aprovados os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de Faxinal - n.º 128/83, Nova Esperança - n.º 145/83, datados de 06.05.83, Paranavaí - n.º 80/83 e Terra Boa - n.º 181/83, datados de 09.05.83, Cornélio Procopio - n.º 296/83, Guaraci - n.º 303/83, Icaraíma - n.º 297/83, Itaúna do Sul - n.º 261/83, Medianeira - n.º 307/83, Nova Cantu - n.º 267/83, Nova Londrina - n.º 268/83, Ribeirão Claro - n.º 272/83, Ubatuba - n.º 313/83 e Wenceslau Braz - n.º 315/83, datados de 08.07.83, São Miguel do Iguaçu - n.º 256/83, datado de 02.07.83, Barracão - n.º 328/83 e Colorado - n.º 331/83, datados de 10.08.83, objetivando a execução de obras para recuperação de estradas.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada das as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26/04/84.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente

JORGE MAIA FILHO - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 125/83, (Mensagem n.º 151/83, ex-Proposição n.º 138/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça, que aprova convênios em 20/10/83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Estado do Planejamento e os municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da "COMEC", nos Programas de obras que especifica. **Encerrada a discussão.**

## REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 125/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## RESOLVE:

Art. 1.º - Ficam aprovados os Convênios celebrados em 20 de outubro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios de Campo Largo n.º 2/83, Colombo n.º 03/83, Balsa Nova - n.º 04/83, Bocaiúva do Sul - n.º 05/83, Campina Grande do Sul - n.º 06/83, Campo Largo n.º 07/83, Colombo - n.º 08/83, Contenda - n.º 09/83, Quatro Barras - n.º 11/83 e São José dos Pinhais - n.º 12/83, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, nos programas de obras que especifica.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26/04/84.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente

JORGE MAIA FILHO - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 133/83, (Mensagem n.º 149/83, ex-Proposição 136/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termos Aditivos a Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Estado do Planejamento e municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros na execução de obras públicas. - **Encerrada a discussão.**

## REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 133/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## RESOLVE:

Art. 1.º - Ficam aprovados os Termos Aditivos datados de 20 de outubro de 1983, aos Convênios celebrados em 21 de março de 1980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios de Almirante Tamandaré - n.º 01/80, Araucária - n.º 02/80, Balsa Nova - n.º 03/80, Bocaiúva do Sul - n.º 04/80, Cam-

pina Grande do Sul - n.º 05/80, Campo Largo - n.º 06/80, Colombo - n.º 07/80, Contenda - n.º 08/80, Piraquara - n.º 10/80, Quatro Barras - n.º 11/80, Rio Branco do Sul - n.º 12/80 e São José dos Pinhais - n.º 13/80, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, nos programas de obras que especifica.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26/04/84.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente

JORGE MAIA FILHO - Relator

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n.º 77/83, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que extingue o período de estágio probatório ao Professor da Rede Estadual de Ensino, nas situações que estabelece. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E. por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

"EMENDA AO PROJETO DE

LEI COMPLEMENTAR n.º 77/83

Substitua-se a súmula e o art. 1.º pelo seguinte:

SÚMULA: Considera para efeito de cumprimento de estágio probatório ao professor da rede estadual de ensino, o tempo de serviço prestado em atividades docentes nas situações que estabelece.

Art. 1.º - Considera-se para efeito de estágio probatório ao Professor, aprovado e classificado em concurso público para cargo no Magistério da Rede Estadual de Ensino, o tempo de serviço anteriormente prestado em atividades docentes ao Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 14/05/84.

(a) TADEU FRANÇA

APOIAMENTO: Amélia Hruschka, Sabino Campos, Rubens Bueno, Edgard Pimentel, Ervin Bonkoski, Mário Pereira.

## JUSTIFICATIVA:

Tratando o presente plano e lei de matéria de interesse da própria administração estadual, tanto assim que foi aprovado em primeira discussão após obter pareceres favoráveis das Comissões desta Casa, o signatário, seu autor, notou algumas imperfeições, no texto original.

Com objetivo de aprimorar a redação do art. 1.º, para evitar possível veto por razões de ordem constitucional, pois, melhor analisando o Projeto, poder-se-ia concluir em texto constitucional, adequamos a mesma

de forma a deixar mais claros os reais propósitos deste plano de lei sem que se considerem feridos quaisquer dispositivos de nossa Carta Magna Estadual.

- Encerrada a discussão.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 61/83, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA, que autoriza o Poder Executivo instalar Creches junto aos Postos de Saúde do Estado e dá outras providências. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. e com parecer CONTRÁRIO da C.S. por unanimidade. - Encerrada a discussão.

#### PROJETO DE LEI N.º 61/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a instalar junto aos Postos de Saúde do Estado, mantidos pela Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, creches destinadas ao atendimento dos filhos menores de mães que trabalhem ou desempenhem funções fora do lar.

Art. 2.º - O atendimento do disposto no art. 1.º será formalizado através de regulamentação própria, a ser baixada pelo Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, noventa (90) dias após a publicação desta lei.

Art. 3.º - As despesas constantes para a execução da presente lei correrão à conta de dotações a serem destinadas no Orçamento Geral do Estado para os próximos exercícios financeiros.

Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19/05/83.

(a) NELSON BUFFARA

APOIAMENTO: Gabriel Sampaio, Tuguio Setogutte, Gilberto Carvalho, Ezequias Losso, Anibal Khury, Augusto Carneiro.

#### JUSTIFICATIVA:

O Art. 135 da Constituição Estadual estabelece: "O Estado assegurará, no âmbito de sua competência, proteção e assistência à família, e especialmente à maternidade, à infância e à adolescência e educação ao excepcional".

É, em atendimento a este preceito constitucional, que estamos propondo através deste Plano e Lei, medida autorizatória do Poder Executivo para a criação e instalação de creches visando o atendimento à infância de nosso Estado, nas situações em que a mãe necessite trabalhar fora do lar.

De alcance social dos mais elevados, a proposição tem por finalidade dotar o Paraná de uma estrutura de proteção ao menor das mais extensas, e amparando a família

quando a mãe necessite trabalhar fora.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 61/83

Submete-se à apreciação desta Comissão de Constituição e Justiça o presente plano de lei de autoria do ilustre Deputado NELSON BUFFARA, que objetiva autorizar o Poder Executivo a instalar creches junto aos postos de saúde do Estado.

Estabelece, com efeito, a Constituição Estadual (artigos 25 e 35) que a iniciativa de leis que impliquem em aumento da despesa pública é da competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Entretanto, forçoso é reconhecer o mérito do projeto, no que respeita ao elevado alcance social da medida, devendo-se relevar a desobediência à norma legal retro mencionada, por inverter a ordem da iniciativa, a fim de que a sanção governamental, caso interesse à administração, venha a sanar o vício de origem, convertendo tal desiderato na almejada Lei.

Em tais circunstâncias, somos de opinião favorável à APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07/06/83.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
ERVIN BONKOSKI - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 61/83

Trata a presente propositura, de autoria do Deputado Nelson Buffara, autorizar o Poder Executivo a instalar creches junto aos postos de saúde do Estado.

Conforme bem justifica o nobre autor, o presente projeto tem por finalidade principal, dotar o nosso Estado de uma estrutura de proteção ao menor das mais extensas, amparando também a família, quando a mãe tem necessidade de trabalhar fora.

Quanto ao ângulo financeiro da matéria, tendo em vista, que as despesas decorrentes da execução do presente, correm por conta de dotações a serem destinadas no orçamento Geral do Estado para os próximos exercícios financeiros, não vemos qualquer inconveniente para sua aprovação.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em

(aa) ERVIN BONKOSKI - Presidente  
GABRIEL MANOEL - Relator

#### COMISSÃO DE SAÚDE

Parecer ao Projeto de Lei n.º 61/83

A presente propositura de autoria do nore Deputado Nelson Buffara, visa autorizar o Poder Executivo a instalar creches junto aos Postos de Saúde do Estado do Paraná.

Em sua justificativa, o nobre autor ressaltava que a finalidade principal deste

projeto é dotar o Estado de uma estrutura de proteção ao menor, amparando também a família, quando a mãe tem necessidade de trabalhar fora de seu domicílio.

Quanto ao mérito não há, nem poderá haver objeções. Entretanto, torna-se irrelevante dispor-se, em lei, que tenha obrigatoriamente que ser junto aos Postos de Saúde.

Dependendo de vários fatores, tais como características demográficas, meios de transporte, topografia, localização de locação de mão-de-obra, pode ser que não seja justamente junto ao Posto de Saúde existente, o local mais adequado para a instalação de uma creche.

Por outro lado é de se questionar a validade da propositura de uma medida que visa autorizar, deixando na conveniência do executivo a adoção ou não da medida.

Por outrolado pairam dúvidas quanto ao seu cabimento, de vez que o projeto visa autorizar o que não está nem impedido nem proibido.

A realidade encontrada em nossos municípios é bem diversa daquela apresenta em argumentos de justificativa.

A grande maioria dos programas do gênero, atualmente existentes, vêm sendo executados com enorme falta de recursos, tanto materiais, quanto humanos. As participações do Estado nestes programas são irrisórias, precisando de uma maior ingerência financeira e não de instalações físicas.

Já existem os convênios IAM/LBA para desenvolverem o proposto, parecendo-nos que a instalação de creches junto ou não a Postos de Saúde é uma questão de definição política de programa de governo e nunca de uma lei "autorizatória".

Pelo exposto, somos pela improcedência do requerido pelo nobre Deputado Nelson Buffara, votando pela DESAPROVAÇÃO DO PROJETO, REQUERENDO, pelos contidos no Regimento Interno desta Casa de Leis, que o processo seja retornado à Comissão de Constituição e Justiça para ser reestudado.

É o meu parecer.

Sala das Comissões, em 05/04/84.

(aa) MÁRCIO ALMEIDA  
Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 75/83, de autoria do Deputado SÉRGIO SPADA, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO GNÓSTICA DE ESTUDOS FILOSÓFICOS, CIENTÍFICOS E CULTURAIS", com sede nesta Capital. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 75/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "Associação Gnóstica de Estudos Filosóficos, Científicos e Culturais", com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09/06/83.

(a) SÉRGIO SPADA

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, está devidamente registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas sob o n.º 7245, do Livro A-5, datado de 04 de agosto de 1981, do 1.º Registro de Títulos e Documentos de Curitiba e tem por objetivo entre outros o de defender o pensamento filosófico, científico e cultural, através de estudos e debates.

O Estatuto da referida entidade em seu artigo 1.º, § 1.º dispõe que a mesma não tem fins lucrativos e que seus dirigentes não serão remunerados, estando portanto em condições de ser declarada de utilidade pública, conforme exigência da Lei n.º 6944, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria.

Face ao exposto, solicito aos nobres pares que se dê o devido apoioamento a nossa iniciativa e posteriormente a sua aprovação.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 75/83

De autoria do ilustre Deputado Sérgio Spada, objetiva o presente plano de lei declarar de utilidade pública a "Associação Gnóstica de Estudos Filosóficos, Científicos e Culturais", com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbice de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03/04/84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do projeto de Lei n.º 121/83, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública o "CENTRO DE ESTUDOS DO MENOR E INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE - CEMIC", com sede na cidade de Moreira Salles e foro no Município de Goioerê. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publicado no D.A. n.º 90/83, de 20/08/83)



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 121/83

De autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, o Projeto de Lei 121/83, que declara de utilidade pública o "Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade - CEMIC", com sede na cidade de Moreira Salles e foro no Município de Goioerê, verificamos que o referido Projeto de Lei obedece aos requisitos exigidos pela Lei 6994, que regulamenta a matéria.

Desta forma, nosso parecer é FAVORÁVEL a sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03/04/84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
HERMAS BRANDÃO - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 143/83, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de utilidade pública o "GRUPO ESPÍRITA ALLAN KARDEC", com sede e foro na cidade de Maringá. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE LEI N.º 143/83

A Assembléia legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarado de utilidade pública o "GRUPO ESPÍRITA ALLAN KARDEC", com sede e foro na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Art. 2.º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21/09/83.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O "GRUPO ESPÍRITA ALLAN KARDEC", com sede e foro na cidade de Maringá, Estado do Paraná, foi fundado em 19 de fevereiro de 1982, e tem seus estatutos devidamente registrados sob n.º 783, em 12/05/82, no Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Maringá.

Consta em seus estatutos que é uma entidade de caráter assistencial, sem fins lucrativos, não distribuindo lucros ou dividendos, não possuindo renda própria nem recursos próprios suficientes à sua manutenção. Não remunera sua diretoria. Presta serviços gratuitos à comunidade e mantém a "Creche Allan Kardec", na cidade de Maringá, para crianças de famílias carentes.

Propõe-se o grupo, entre outras atividades, criar escolas para a instrução de primeiro grau, bibliotecas e outras obras assistenciais. Combate ao fanatismo, ao vício, ao crime e aos maus costumes em todas as suas formas, são outros objetivos deste grupo Espírita.

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 143/83

De autoria do nobre Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de utilidade pública o GRUPO ESPÍRITA ALLAN KARDEC, com sede na cidade de Maringá, tendo sido cumprido a exigência do requerimento de autoria deste relator, na pauta de 04.10.83, somos pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 03.04.84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente  
AUGUSTO CARNEIRO - Relator

1.ª DISCUSSÃO- Do Projeto de Lei n.º 241/83, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de utilidade pública a "GUARDA MIRIM DE ASSIS CHATEAUBRIAND", com sede e foro na cidade do mesmo nome. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.** (Publicado no D.A. n.º 136/83, de 29.11.83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 241/83

1.º - De autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Sabino Campos, o presente projeto de lei objetiva declarar de utilidade pública a "GUARDA MIRIM DE ASSIS CHATEAUBRIAND" com sede e foro na cidade com o mesmo nome.

2.º - Analisando a documentação que acompanha o processo, verificamos que são indiscutíveis os altos propositos da entidade a ser beneficiada, pois vem prestando inestimáveis serviços à referida comunidade, nos campos da assistência social, religiosa e cultural.

3.º - Sob o aspecto legal e constitucional, a matéria enquadra-se perfeitamente nas normas estabelecidas na Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, cuja lei regulamenta a aludida matéria.

4.º - Diante da referida análise, e tratando-se de matéria altamente relevante, decidimos apresentar parecer favorável à aprovação do contido no presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 03.04.84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
Presidente  
IVAN GUBERT  
Relator.

1.ª DISCUSSÃO- Do Projeto de Lei n.º 22/84, de autoria do Deputado Fuad Nacli, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao CORONEL CONFÚCIO PAMPLONA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.** (Publicado no D.A. n.º 10, de 22.03.84.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 22/84

O presente plano de lei de autoria do ilustre Deputado Fuad Nacli, pretende con-

ceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Coronel Confúcio Pamplo-  
na.

Junto ao projeto encontra-se o "Curriculum-Vitae" do homenageado: Dados pessoais, escolaridade, atividades profissionais na administração pública e privada, títulos e condecorações.

No "Curriculum-Vitae", bem como, na justificativa do Projeto, nota-se os grandes e relevantes serviços prestados pelo ilustre brasileiro, tanto na administração pública como na administração privada, o que lhe credencia ao título proposto.

No que se refere à manifestação da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto aos aspectos legais e constitucionais da matéria, nada há que contrarie a tramitação da mesma, nesta Casa de Leis.

Nestas condições, somos pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 02.05.84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

BÁSILIO ZANUSSO

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- Do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 52/84, de autoria do Deputado Adhail Sprenger Passos, que declara de Utilidade Pública a "FUNDAÇÃO ARISTIDES DE ATHAYDE", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Encerrada a discussão** (Publicado no D.A. n.<sup>o</sup> 17/84, de 03.04.84)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 52/84

De autoria do ilustre Deputado Adhail Sprenger Passos, objetiva o presente Plano de Lei, declarar de utilidade pública a FUNDAÇÃO ARISTIDES ATHAYDE, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.04.84

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ERVIN BONKOSKI

Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n.<sup>o</sup> 119/83, (Mensagem n.<sup>o</sup> 102/82- Ex-Proposição n.<sup>o</sup> 88/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os ter-

mos Aditivos datados de 11.03.1981, 11 de junho de 1981 e 09 de junho de 1982 ao Convênio celebrado em 11 de novembro de 1980, entre o Estado do Paraná e o Município de Rio Negro, objetivando a construção de um micro-sistema de abastecimento de água. **Encerrada a discussão.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n.<sup>o</sup> 120/83, (Mensagem n.<sup>o</sup> 111/83 ex-Proposição n.<sup>o</sup> 106/83), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio celebrado em 30.11.82, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e o Município de Araucária, objetivando recuperação das matas ciliares das Bacias dos Rios Iguazu e Passaúna. **Encerrada a discussão.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n.<sup>o</sup> 121/83, (Mensagem n.<sup>o</sup> 114/83 Ex-Proposição n.<sup>o</sup> 109/83) oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o 10.<sup>o</sup> Termo Aditivo de 28.06.82, ao Convênio celebrado em 02.10.75, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, Ministério da Agricultura e SUDESUL, que objetiva continuar serviços da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola. **Encerrada a discussão.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n.<sup>o</sup> 122/83, (Ex-Proposição n.<sup>o</sup> 63/83) oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade na Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de Contas da Coordenação de Execução de Auxílios Sociais da verba designada aos Senhores Deputados, do exercício financeiro de 1982. **Encerrada a discussão.**

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Projeto de Resolução n.<sup>o</sup> 122/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

A Assembléia Legislativa do Estado, através a Proposição n.<sup>o</sup> 63/83, aprova a seguinte

#### R E S O L U Ç Ã O

Artigo Único - São aprovadas as contas de Execução de Auxílios Sociais, apresentadas pelos Senhores Deputados, referente ao exercício financeiro de 1982.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 1983.

(aa) ANIBAL KHURY-Presidente

HOMERO OGUIDO- Relator.

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

P A R E C E R

Proposição n.<sup>o</sup> 63/83-Processo n.<sup>o</sup> 500/83

A Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais, apresenta Relatório da aplicação da dotação 3.2.1.0.01- Subvenções Sociais regulamentada pela Resolução 19/69 e Decreto Legislativo n.º 14/82.

O processo contém ampla e minuciosa documentação demonstrativa da destinação da verba designada aos Senhores Deputados e da sua aplicação referente ao exercício financeiro de 1982.

Segue anexo ao processo:

- 1- Movimentação dos créditos.
- 2- Movimentação do Caixa.
- 3- Movimentação Bancária e
- 4- Prestação de Contas.

Ao examinarmos minuciosamente o processo em tela, concluímos que a presente prestação de contas está em condições de ser aprovada por esta Comissão de Tomada de Contas.

O parecer é pela aprovação, dando-se, em consequência, a baixa de responsabilidade e o recolhimento do soldo à Assembléia Legislativa, como de costume.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1983.

(aa) ANIBAL KHURY- Presidente

JOSÉ ANTÔNIO PONSECA- Relator

1.ª DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n.º 123/83, (mensagem n.º 153/83- Ex-Proposição n.º 140/83) oriundo do Parecer aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 08.07.83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Encerrada a discussão.**

1.ª DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n.º 124/83, (Mensagem n.º 152/83 - Ex-Proposição n.º 139/83) oriundo do Parecer aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça, que aprova convênio celebrado em 31.10.83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e o Município de Bocaiúva do Sul, objetivando aplicação de Recursos Financeiros da "COMEC", nos Programas de Obras que especifica. **Encerrada a discussão.**

1.ª DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n.º 126/83, (Mensagem n.º 146/83 Ex-Proposição n.º 134/83), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça, que Aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. **Encerrada a discussão.**

1.ª DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n.º 127/83, (Mensagem n.º 144/83 Ex-Proposição n.º 120/83), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Pinhalão, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de Pontes. **Encerrada a discussão.**

1.ª DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n.º 128/83, (Mensagem n.º 143/83- Ex-Proposição n.º 119/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio celebrado em 26.10.83, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Segurança Pública e o Município de Paranaguá, objetivando regular ampliação dos serviços de segurança contra incêndio e a prestação de socorros públicos. **Encerrada a discussão.**

1.ª DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n.º 130/83, de autoria do Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI, que denomina "DEPUTADO LUIZ GABRIEL SAMPAIO", o pequeno auditório (Plenarinho) da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 130/83  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Fica denominado Deputado Luiz Gabriel Sampaio, o Pequeno Auditório (Plenarinho) da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art.2.º- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de dezembro de 1983

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Apoio: Ezequias Losso.

JUSTIFICATIVA:

A trágica e prematura morte do Deputado Luiz Gabriel Sampaio, deixou-os a todos profundamente consternados. Perde o Paraná e o Poder Legislativo um dos mais brilhantes políticos. Representante de Maringá nesta Casa de Leis, Gabriel Sampaio exercia, também, a função de Secretário Geral do PDS, no Paraná, tendo já desempenhado as funções de Superintendente da FUNDEPAR e Secretário de Educação.

Ao propormos que seja dado o seu nome ao Pequeno Auditório (Plenarinho) desta Assembléia Legislativa, entendemos ser es-

ta a forma singela, mas sincera, deste Poder prestar sua homenagem ao valoroso companheiro, que tão cedo deixa o nosso convívio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
Parecer ao projeto de Resolução n.º 130/83

Da lavra do nobre Deputado Antônio Martins Annibelli, o presente Projeto de Resolução tenciona atribuir ao Pequeno Auditório (Plenarinho) da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a denominação de "LUIZ GABRIEL SAMPAIO".

No mérito, a justiça da proposição é indiscutível. No dizer do ilustre autor do projeto com o desaparecimento de Gabriel Sampaio, perde o Paraná e o Poder Legislativo um de seus mais brilhantes políticos.

Sob os aspectos da constitucionalidade e juridicidade, a matéria é pertinente, competindo efetivamente ao Deputado tal iniciativa, sendo que a forma de que se reveste é a preconizada no Regimento Interno.

Ante o exposto, o Parecer é favorável à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ERVIN BONKOSKI

Relator.

1.ª DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n.º 132/83 (Mensagem n.º 154/83 Ex-Proposição n.º 141/83) oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 241/83, celebrado em 13.10.83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e o Município de Janiópolis, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. **Encerrada a discussão.**

1.ª DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n.º 134/83, (Mensagem n.º 159/83 Ex-Proposição n.º 145/83), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 13.10.83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. **Encerrada a discussão.**

1.ª DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n.º 135/83, (Mensagem n.º 157/83 Ex-Proposição n.º 143/83), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Grandes Rios e Santa Terezi-

nha, visando execução do "PROSAFRAS", exercício de 1983. **Encerrada a discussão.**

1.ª DISCUSSÃO- Do Projeto de Resolução n.º 136/83, (Mensagem n.º 127/83 ex-Proposição n.º 127/83), oriundo do Parecer Aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 10.08.83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Guaíra e Matelândia, objetivando execução de obras públicas em conformidade com o "PROSAFRAS" **Encerrada a discussão.**

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 03/84, (Ex-Proposição n.º 34/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade na Comissão de Tomada de Contas, que aprova as contas da Assembléia Legislativa do Estado, referente ao exercício de 1982. **Encerrada a discussão.**

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
Projeto de Resolução n.º 03/84  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através a Proposição n.º 34/83, aprova a seguinte

R E S O L U Ç Ã O

Artigo Único- São aprovadas as contas da Assembléia Legislativa do Estado, referente ao exercício de 1982.

Sala das Comissões, 20 de maio de 1983.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
Parecer à Proposição n.º 34/83

Oriunda de documentação apresentada pela Comissão Executiva anterior, através do protocolo n.º 227/83, a presente proposição trata da Prestação de Contas da Assembléia Legislativa, referente ao exercício de 1982.

A documentação em epígrafe, apresentada em obediência às disposições legais, nos dá uma real visão da movimentação das verbas desta Casa no exercício anterior e está em condições de ser submetida ao Plenário na forma do Projeto de Resolução em anexo.

Sala das Comissões, 20 de maio de 1983.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jonas Marinho da Cunha, ocorrido no dia 12 de maio do corrente ano, na rodovia do Município de Mandirituba, localidade de Quadro Pinheiros. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Hélio Acrate Misurelli, deixando viúva a Senhora Hermínia Cunha Misurelli e dois filhos. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, com apoioamento do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sigismundo Stanislawski, ocorrido no Município de Campo Mourão. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Yutaka Isume, ocorrido no dia 09 de maio do corrente ano. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Avelino Hanel, ocorrido no dia 10 de maio do corrente ano, no Município de Campo Mourão. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banestado S/A., encarecendo a instalação de um Posto de Serviço do mesmo, no Distrito de Palmitópolis, Município de Nova Aurora. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio por telex, de moção de solidariedade ao XXIII Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES, a ser realizado nos dias 10, 11, 12 e 13 de maio do corrente ano, em Osasco - SP. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a realização de reformas de recuperação de uma quadra existente na Escola Estadual Dom Bosco - Ensino de Primeiro Grau, no Município de Mariluz. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-

do Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente da PROMOPAR, por intermédio da Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a liberação de produtos alimentícios para a assistência social no Município de Campo Mourão. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a criação de duas salas de aula no Jardim Primavera, no Município de Goioerê. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a estadualização da Escola Antônio Lacerda Braga, no Município de Ubatã. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 20.º aniversário da Associação Cultural Esportiva Nipônica do Município de Goioerê. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da rodovia que liga o Distrito de Palmitópolis a Nova Aurora, sede do Município. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo informações quanto a situação do inquérito aberto pela Resolução n. 321/83, afim de apurar irregularidades na concessão de créditos do ICM, envolvendo as firmas IBATE - Cereais de Café Ltda. e Máquinas Carraro Ltda., no Município de Mandaguaçu. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando a suspensão da tramitação do Projeto de Lei n. 125/83, e o seu posterior arquivamento em definitivo. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo a necessidade da continuidade do funcionamento da Agência de Rendas do Município de Rio Bom. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encare-

cendo a criação de um horário matinal na linha Siqueira Campos-São Paulo. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo seja incluído o Município de Siqueira Campos na linha de Ônibus que faz o percurso "Wenceslau Braz-Londrina". - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhorita Mirian Mari Vieira, regozijando pelo quarto lugar alcançado no concurso Miss Paraná, realizado no Município de Paranaguá. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aratagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 2.º aniversário de emancipação política do Município de Cantagalo. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, com apoio do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitado voto de congratulações à Televisão Paraná Canal 4, à Televisão Coroados Canal 11 de Apucarana, e ao Jornal O Estado do Paraná, pela realização do concurso Miss Paraná 84, bem como à Senhorita Marizabel Domingues por sua eleição como Miss Paranaguá e Miss Paraná. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DETRAN, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, encarecendo informações quanto às denúncias de corrupção na CIRETRAN do Município de Goioerê. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a instalação de um Posto de Saúde no Distrito de Rancho Alegre, no Município de Goioerê. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a instalação de um Posto de Saúde no Distrito de Quarto Centenário, no Município de Goioerê. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a criação do Distrito Judiciário de Rancho Alegre, no Município de

Goioerê. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a instalação de um Posto de Saúde no Distrito de Jaracatiá, no Município de Goioerê. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a reinstalação da Delegacia de Polícia do Distrito de Jaracatiá, no Município de Goioerê. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a criação na sede da Comarca de Goioerê, da 2.ª Vara Cível e Criminal. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a instalação de um Posto de Saúde no Distrito de Bandeirantes do Oeste, no Município de Goioerê. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando seja transformado o Projeto de Lei n.º 230/83, que dispõe sobre a dispensa do Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, do cargo que ocupa na administração estadual, em sugestão ao Chefe do Poder Executivo, a fim de que sejam procedidos estudos mais abrangentes, inclusive com modificação do Estatuto dos Servidores do Estado, se necessário, para atender situações análogas. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a recuperação da Escola Estadual Moreira Salles de Primeiro Grau, no Município de Moreira Salles. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e Esporte, encarecendo a construção de uma quadra de esportes polivalente no Conjunto Residencial Vergínio Seco, no Município de São Pedro do Ivaí. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a criação e instalação da 3.ª CIA do 10.º BPM no Município de Faxinal. - **En-**

**cerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Ministra da Educação e Cultura, encarecendo a destinação de recursos de ordem financeira para a construção de uma cozinha devidamente equipada para a sede do Mobral, localizado no Município de Peabiru. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, com apoioamento do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal "O Estado do Paraná", pela passagem do 8.º aniversário do mesmo. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a destinação de um ônibus para o transporte de estudantes no Município de Juranda. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a criação e instalação de um Instituto de Criminalística no Município de Campo Mourão. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, encarecendo o alargamento da Rodovia Ponta Grossa-Spréa, no trecho compreendido entre o trevo da entrada do Município de Ponta Grossa até a central armazenadora da Cibrazen e a construção da terceira pista nos principais aclives existentes no trecho Ponta Grossa-Spréa. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, com apoioamento do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor de Planejamento do DNER, encarecendo o recapeamento asfáltico da BR-476, no trecho compreendido entre os Municípios de Lapa e São

Mateus do Sul. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, com apoioamento do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo informações quanto a situação funcional de Secretários e Chefes de setores da Administração Estadual, no que se refere ao que percebem, a que título o fazem e horário de trabalho. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, com apoioamento do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da rodovia que liga os Municípios de Santo Antônio do Sudoeste e Barracão. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, com apoioamento do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Planejamento, encarecendo seja encaminhado para a análise desta Casa a minuta dos termos do Convênio do PRAM - Programa de Assistência aos Municípios, que será firmado entre o Governo do Estado e os municípios paranaenses. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro, com apoioamento de diversos Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações quanto ao Banco do Estado do Paraná S/A. - **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 15, à hora regimental, para audiência de Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado do Planejamento, na qual responderá aos Senhores deputados sobre os fatos que originaram a criação de uma Comissão de Alto Nível determinada pelo Decreto n.º 2934/84.

Levanta-se a Sessão.